ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

ATA Nº 158 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO RIVA
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO J. BARRETO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Invocando a proteção de Deus, fonte inesgotável de sabedoria e justiça, em nome do povo mato-grossense, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária, com a finalidade de apreciar Projetos de Lei relacionados na Ordem do Dia e o Projeto de Lei que concede abono a título de antecipação de subsídios aos servidores do Poder Judiciário.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 16:30 HORAS E ÀS 17:10 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lidas as Atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em discussão as Atas que acabam de ser lidas. (PAUSA) Não havendo impugnação, dou-as por aprovadas.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 623/01, do Deputado Zé Carlos do Pátio, justificando sua ausência na sessão ordinária matutina do dia vinte e oito do corrente; Ofício nº 500/01, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em resposta à Indicação nº 1.443/01, de autoria do Deputado Jair Mariano; Ofícios nºs: 82.117/01, 82.119/01, 82.123/01, 82.126/01, da TELEMAT, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs: 1.975/01, 1.973/01, 1.976/01, 1.974/01, de autoria do Deputado Campos Neto; Ofícios nºs 911/01 e 927/01, da Fundação de Promoção Social, em resposta, respectivamente, às Indicações nºs 1.399/01 e 1.873/01, ambas de autoria do Deputado José Carlos Freitas; Moção de Elogio, da Câmara Municipal de Alto Araguaia, aos Deputados J. Barreto, Deputados Riva e Eliene, por viabilizar recursos para a UNEMAT.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de passar para a segunda parte do Pequeno Expediente, eu quero explicar as modificações que foram feitas no Projeto de Lei do Tribunal de Justiça - peço a atenção a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

O primeiro Projeto de Lei concedia abono a título de antecipação do sistema remuneratório do subsídio a ser implantado após entrar em vigor o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores de nível médio e superior do Poder Judiciário do Estado, propondo os seguintes valores: R\$110,00 nos meses de novembro e dezembro de 2001 e janeiro e fevereiro de 2002; R\$220,00 a partir do mês de março de 2002 - peço a atenção dos Srs. Deputados. Este era o primeiro Projeto de Lei que veio para esta Casa.

Com a participação da Assembléia Legislativa, a pedido dos servidores, recebi hoje das mãos do eminente Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça, o seguinte documento:

“Sr. Presidente, tendo em vista a reunião ontem realizada com o Exmº Sr. Governador do Estado, e que contou também com a participação dos Sr. Jilderci Oliveira da Costa, atuante presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário, ASPORJUC, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência o novo texto do Projeto de Lei, que concede abono aos servidores deste Poder e se destaca a antecipação do pagamento da parcela de R\$ 220,00 para o mês de janeiro de 2002.

Colho do ensejo para reiterar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares protestos da minha mais elevada consideração.

DESEMBARGADOR LEÔNIDAS DUARTE MONTEIRO
Presidente do Tribunal de Justiça.”

É o seguinte Projeto de Lei:

“Concede abono a título de antecipação de subsídio aos servidores do Poder Judiciário que menciona, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É concedido abono, a título de antecipação do sistema remuneratório de subsídio, aos servidores dos Níveis Médio e Superior do Poder Judiciário do Estado, com exclusão dos ocupantes dos cargos de provimento em Comissão e dos que já tenham incorporado vantagem pecuniária em sua remuneração, dos seguintes valores:

I – de R\$110,00 reais nos meses de novembro e dezembro de 2001;

II – de R\$220,00 reais a partir do mês de janeiro de 2002;

Parágrafo único Os valores do abono hora concedido serão absorvidos pelo sistema de subsídio, previsto no caput deste artigo.

Art. 2º O sistema remuneratório de subsídio do Poder Judiciário do Estado será implantado após entrada em vigor do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em 1º de novembro do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.”

Eu quero ressaltar a todos os Srs. Deputados e a Srª Deputada que uma Comissão de Parlamentares, da qual participavam o Deputado Carlos Brito, que foi, inclusive, o autor intelectual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

dessa emenda - e aqui a Presidência gostaria de agradecer a participação efetiva do Deputado Carlos Brito naquele momento tenso -, o Deputado Emanuel Pinheiro e o Deputado J. Barreto. Os três Deputados, em missão oficial, foram levar essa mensagem, a pedido do Presidente. E agradeço a participação efetiva da Deputada Serys Shlessarenko, do Deputado Gilney Viana e de todos os Deputados da Casa, com os quais eu conversei a respeito do Projeto de Lei.

E quero agradecer também a presença maciça de todos os Parlamentares aqui na convocação extraordinária. Muitos de Vossas Excelências, a grande maioria não pôde viajar para o interior, uma vez que estavam em estado de alerta para o desiderato dessa greve, que já durava mais de sessenta dias.

Quero parabenizar os funcionários do Poder Judiciário, através de suas lideranças, destacando o Sr. Gildeci Costa, o Gil, presidente da ASPOJUC, e os demais membros que participaram diuturnamente dos embates aqui nesta Casa.

Gostaria de registrar também a participação efetiva da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso, que através do seu presidente, Dr. Ussiel Tavares, em todos os momentos participou efetivamente das negociações, abriu as portas daquela entidade democrática para que os funcionários pudessem discutir as suas questões salariais - ele esteve aqui na Assembléia Legislativa diversas vezes, debatendo conosco, buscando um consenso, buscando um resultado positivo para essa greve.

Portanto, essa matéria que vai ser votada, com esse novo texto, é o resultado e o fruto da ação conjunta de todos nós.

Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. (PAUSA) Com a palavra, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, imprensa, senhores servidores do Poder Judiciário aqui presentes:

Realmente é verdade o que o Deputado Humberto Bosaipo acabou de dizer: nós não estávamos podendo viajar por causa dessa greve. Essa greve é ruim para a Justiça, é ruim para a população mato-grossense, e a Assembléia Legislativa, como se pode ver, está toda aqui para votar, o mais rápido possível, a questão de vocês.

Eu tenho certeza de que daquela reunião de Cáceres, na qual o Deputado Riva pediu que a Justiça procurasse a Assembléia Legislativa para intermediar as negociações, mais uma vez a Assembléia Legislativa esteve atenta e ajudou.

Sr. Presidente, para apresentar algumas proposições:

1^a) REQUERIMENTO: Com base nos termos do art. 272, alínea "h", do Regimento Interno e do disposto na Constituição Estadual, art. 28, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Secretário de Estado de Infra-estrutura, Sr. Vitor Cândia, para que, em um prazo de 30 dias, se digne a prestar informações inerentes ao Fundo Estadual de Transporte e Habitação - FETHAB, sendo as informações seguintes:

- 1 - Quais as obras (estradas) já realizadas com os recursos do referido Fundo?
- 2 - Quais as localidades destas obras?
- 3 - Qual o montante gasto com as referidas obras, no corrente ano?
- 4 - Quantas equipes estão trabalhando para o referido Fundo?
- 5 - Qual o montante gasto com as equipes?

As informações acima solicitadas vêm ao encontro dos anseios de toda a classe produtora, que é responsável pelo sucesso do desenvolvimento agropecuário de nosso Estado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

contribuintes que estão atentos aos efetivos fins e aplicações com a arrecadação do Fundo Estadual de Habitação – FETHAB.

Através deste Requerimento, venho exercer não apenas um direito de solicitar tais informações, mas, sobretudo, como Parlamentar, exercer uma prerrogativa que é a de fiscalizar as ações executivas de nosso Estado, pois a sociedade está implacável em suas exigências, atenta a seus direitos, cabendo-nos executar nossas funções com a máxima seriedade e transparência.

Tendo em vista tratar-se o assunto de interesse da coletividade, solicitamos o deferimento deste, fornecendo o levantamento dessas informações.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Este Requerimento, Sr. Presidente, decorre do fato de estarmos recebendo vários telefonemas das lideranças do interior. A MT-170 já está quase toda intrafegável, a Estrada da Baiana também. Ali no Município de Lucas do Rio Verde, o presidente do PFL também tem ligado constantemente, reclamando das condições das estradas, e nós gostaríamos que os nobres colegas deixassem que esse requerimento fosse aprovado aqui, para que possamos passar as informações de quantas equipes, quanto está se gastando com as tais equipes. Nós já havíamos anunciando que a COTRIL está fazendo corpo mole na questão de realizações dessas obras.

2ª) MOÇÃO DE PESAR: Com fundamento ao art. 237, alínea "h", do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Pesar, endereçada à família do Senhor Benedito Scaff Gabriel, em Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO, profundamente consternado, solidariza-se neste momento difícil e de grande pesar com todos os membros da família do Sr. Benedito Scaff Gabriel, pelo seu infausto falecimento, deixando um imenso vazio no seio familiar.

Um homem de força e fé inabaláveis, pai acolhedor, agregou fraternalmente a todos com os quais conviveu, adotando a dignidade como postura de vida e a persistência como leme de suas realizações. Como profissional, sempre representou sua classe farmacêutica com excelência, sendo o primeiro presidente do Conselho Regional de Farmácia, nesta cidade.

Como cidadão, contribuiu socialmente com todos os clubes de Cuiabá, tendo um especial carinho pelo Dom Bosco. Foi um dos batalhadores pelo plantão noturno das farmácias e participou ativamente de todos os empreendimentos pelo progresso da capital. Hoje na lembrança, rogamos ao Senhor Deus que lhe proporcione o merecido descanso e derrame suas bênçãos nos familiares, dando-lhes força e compreensão neste triste momento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

3ª) MOÇÃO DE PESAR: Com fundamento ao art. 237, alínea "h", do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Pesar, endereçada a família do Senhor Djalma Corrêa da Costa, em Cuiabá, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO, profundamente consternado, solidariza-se neste momento difícil e de grande pesar com todos os membros da família do Sr. Djalma Corrêa da Costa, pelo seu infausto falecimento, deixando um imenso vazio no seio familiar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Um homem de força e fé inabaláveis, pai acolhedor, agregou fraternalmente a todos com os quais conviveu, adotando a dignidade como postura de vida e a persistência como leme de suas realizações, como cidadão sempre se pautou pela ética. Hoje na lembrança, rogamos ao Senhor Deus que lhe proporcione o merecido descanso e derrame suas bênçãos nos familiares, dando-lhes força e compreensão neste triste momento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

4ª) INDICAÇÃO: Indico ao Poder Executivo Estadual a imprescindível necessidade de viabilizar a implantação de um laboratório de piscicultura no Município de Juína.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador de Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Sr. Francisco Tarquínio Daltro, mostrando a imprescindível necessidade de viabilizar a instalação de um laboratório de piscicultura no Município de Juína.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por finalidade atender ao ofício reivindicatório do Legislativo Municipal de Juína, que solicitou a intercessão deste Poder Legislativo junto às autoridades competentes para viabilizar a instalação de um laboratório de piscicultura.

Sendo as seguintes razões do pedido:

“Ocorre que o Departamento de Pesca e Agricultura do Ministério da Agricultura elaborou diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola, com vistas a subsidiar a formulação da política agrícola e promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, fomentando a agricultura e o povoamento e repovoamento de coleção de água com espécies aquáticas, implantando infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado, supervisionando, coordenando e orientando as atividades.

No cumprimento de suas metas, o Departamento de Pesca e Agricultura sugestionou a instalação de dois laboratórios de piscicultura para implantação no ano de 2002.

Para tanto, o Município de Juína tem condições de se habilitar a tal implantação, uma vez que os peixes da Bacia Amazônica ainda estão carecendo de melhores estudos no que se refere a sua produção em cativeiro, enquanto os produtores rurais ganhariam em razão do acesso aos alevinos, o Ministério da Agricultura ganharia maiores conhecimentos científicos a respeito da piscicultura de espécies amazônicas.

Diante dos fatos expostos, pedimos a unanimidade dos ilustres Pares desta Casa para aprovação da presente matéria e que as autoridades competentes viabilizem a concretização deste importante intento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

5ª) INDICAÇÃO: Indico ao Poder Executivo Estadual a importante e urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de encascalhamento e implantação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

de manilhas na estrada das Cooperativas Agrícolas de Desenvolvimento Sustentado do Vale do Alegre II, III, IV, e V, no Município de Poconé.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador de Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, Vitor Cândia, mostrando a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de encascalhamento e implantação de manilhas na estrada, recém-aberta, com a finalidade de atender às Cooperativas Agrícolas de Desenvolvimento Sustentado do Vale do Alegre II, III, IV e V, Fazenda Frei Manoel, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação após recebermos a solicitação da Câmara Municipal de Poconé para a intercessão deste Poder Legislativo junto à SINFRA, para viabilizar os serviços de encascalhamento e implantação de manilhas na estrada, recém-aberta, com a finalidade de atender às Cooperativas Agrícolas de Desenvolvimento Sustentado do Vale do Alegre II, III, IV e V, na Fazenda Frei Manoel, no Município de Poconé.

Transcrevemos os razões da iniciativa por parte do Legislativo municipal:

“A razão desta nossa solicitação deve-se a pedidos que recebemos das famílias que foram contemplados com área naquela região, através do Programa Banco da Terra, solicitando a nossa intervenção junto aos Poderes Públicos municipal e estadual, visando à realização destes serviços que beneficiarão cerca de 112 famílias assentadas, que estão enfrentando muitas dificuldades para transportar materiais de construção e outros até a sua área, em virtude da estrada ter sido aberta na mata e com as últimas chuvas tornou-se impossível a trafegabilidade, prejudicando sobremaneira as famílias para colocar em prática os seus projetos.

Diante das considerações expostas, pedimos a unanimidade dos ilustres Parlamentares para aprovarmos esta justa reivindicação, e que as autoridades competentes se mobilizem e providenciem a concretização deste importante e necessário intento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

6ª) INDICAÇÃO: Indico a TELEMAT Brasil Telecom a imprescindível necessidade de instalar um telefone público na Central Médica Manoel Benedito da Silva Campos, localizada na rua Cuiabá, Município de Poconé.

Com fundamento no art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Diretor-Presidente da TELEMAT Brasil Telecom, mostrando a imprescindível necessidade de adotar providências que culminem com a instalação de um telefone público na Central Médica Manoel Benedito da Silva Campos, localizada na rua Cuiabá, esquina com a rua São João Del Rey, bairro Areão, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender a solicitação da Câmara Municipal de Poconé que,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

ciente da situação e procurando atender a necessidade da instalação de um telefone público na Central Médica, solicitou a intercessão deste Poder Legislativo junto às autoridades competentes viabilizar a instalação.

Transcrevemos os razões da iniciativa por parte do Legislativo municipal:

“A iniciativa desta indicação deve-se ao fato de a Central Médica Manoel Benedito da Silva Campos, construída neste exercício, inaugurada no dia 22 de setembro de 2001, ter como objetivo dar uma excelente assistência à saúde da população dos Bairros areão, Jurumitim e adjacências. Na central funciona o Centro de Reabilitação e de Especialidade Médica, sendo a procura pelos serviços oferecidos pela central enorme, que diariamente se encontra lotada e não são raros os casos de pessoas doentes, necessitando de socorro urgente, que mantém familiares no hospital. Dessa forma, a instalação de um telefone público solucionará em grande parte o problema de comunicação existente, beneficiando aos usuários e aos profissionais da saúde.

Diante das considerações expostas, pedimos a aprovação desta matéria, e que as autoridades competentes se mobilizem e providenciem a concretização deste importante intento, incluindo a instalação deste telefone público, tipo "orelhão", no plano de extensão de telefonia pública do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.
Deputado MOACIR PIRES - PFL

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Nós queremos ressaltar também a participação do Deputado Zé Carlos do Pátio nas negociações, bem como dos funcionários do Deputado José Carlos Freitas, que também estiveram naquela reunião.

Com a palavra, o Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu ocupo esta tribuna para fazer uma fala que eu não gostaria de estar fazendo.

No sábado próximo passado, em torno de 17h30min e 18h, Deputado Moacir Pires, no Município de Vera, que Vossa Excelência conhece, um crime claramente de pistolagem ceifou a vida do presidente do PPS daquela cidade, Vereador Augusto Alba.

Deputado Carlos Brito, talvez ninguém mais esperasse ver neste Estado o que nós assistimos naquele sábado: uma sinalização muito clara de um crime político, que tem que ser investigado às últimas conseqüências.

Ao entardecer, o Vereador estava em sua casa, Deputado Emanuel Pinheiro, e sua filha saiu até lá fora dizendo que tinha uma pessoa procurando-o. E ao sair, Deputado Zé Carlos do Pátio, que é um batalhador das questões de segurança pública, foi baleado, erraram o tiro, ele correu para dentro de casa, o assassino entrou atirando, não acertou o vereador, mas um dos tiros acertou sua filha de doze anos, que morreu. Ela foi para o hospital, foi socorrida, mas morreu. O clima em relação a esse crime no Município de Vera está muito ruim... A população toda revoltada, porque o vereador Augusto Alba estava tendo enfrentamentos políticos, estava realizando o seu trabalho parlamentar, que também é o nosso, denunciando, cobrando, e isso estava criando preocupações políticas.

Nós já estivemos com o Subsecretário de Segurança Pública, já o procuramos, já colocamos a preocupação de toda aquela população - eu estive pessoalmente lá -, e queremos desta Casa, dos Srs. Parlamentares, da Presidência, de todos, enfim, que exercem a função de Parlamentar neste Estado e, mais do que isso, todos aqueles que acreditam na cidadania, o apoio de todos os senhores para que esse crime seja devidamente apurado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Quando nós dizemos devidamente apurado, Sr. Presidente, nós não queremos mais que apenas seja identificado aquele que puxou o gatilho. Queremos que seja identificado também quem está por trás disso, os mandantes, porque não é a primeira vez que uma coisa parecida acontece naquele município, e acho que agora é o momento de se cobrar, não apenas a mão que assassina, mas também a mão que assina os contratos para esse tipo de ação.

Eu não gostaria de estar fazendo esse pronunciamento, mas pedir aos senhores e a todos os mato-grossenses, que a Secretaria de Segurança Pública, neste caso, tenha uma posição séria, que realmente vá fundo nas investigações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso desta tribuna por duas razões.

Primeira, eu estive em Porto Alegre do Norte, no I Fórum de Desenvolvimento Agropecuário do Baixo Araguaia, representando a Assembléia Legislativa, no qual eu justifiquei a sua ausência e do nosso futuro Senador, Deputado Riva, dizendo que, com certeza, Vossa Excelência estaria, hoje ou amanhã, no encerramento, mas a primeira sessão foi muito participativa, foi muita gente, inclusive acho que de lá devem sair alguns frutos para a nossa região do Baixo Araguaia.

Trago também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, várias Mensagens de autoria do Poder Executivo:

1ª) “Ofício/DAD/GG/131/2001, datado em 27 de novembro de 2001, do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo.

Sr. Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem nº 63/2001, acompanhada do Projeto de Lei que autoriza o Estado a celebrar contratos de assunção de obrigações junto aos participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI - Fundação SANEMAT de Previdência e Assistência, nos termos que especifica’.

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Governador do Estado

Excelentíssimos Senhores Integrantes
do Poder Legislativo Mato-grossense:

No exercício da competência estabelecida no artigo 39 da Constituição Estadual, aprez-me encaminhar a Vossas Excelências o anexo Projeto de Lei que autoriza o Estado a celebrar contratos de assunção de obrigações junto aos participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI - Fundação SANEMAT de Previdência e Assistência, nos termos que especifica.

Conforme é do conhecimento dessa Assembléia Legislativa, a Lei Estadual nº 7.358/00 autorizou a extinção da SANEMAT e especificou que seu patrimônio reverteria ao Estado e aos demais acionistas, sem prejuízo da reversão dos bens vinculados à prestação dos serviços públicos de saneamento aos respectivos municípios titulares e sem prejuízo dos compromissos da SANEMAT para com a SANEPREVI - Fundação SANEMAT de Previdência e Assistência, que é a entidade fechada de previdência complementar patrocinada pela SANEMAT.

Conforme estudos levados a efeito pela SANEMAT, a SANEPREVI apresenta uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

situação atuarial gravemente deficitária, e a patrocinadora é responsável pelo aporte de vultosos recursos à Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, dados os compromissos por ela contratualmente assumidos. Não bastasse isso, em 20 de dezembro de 2000 foi instaurado o regime de intervenção na entidade, através da Portaria MPAS nº 9.234, e em 19 de outubro de 2001 foi decretado o regime de liquidação extrajudicial, através da Portaria MPAS nº 3.535, de 18 de outubro de 2001.

Os estudos promovidos pela SANEMAT demonstram que, com a liquidação da SANEPREVI, será devido aos participantes assistidos e pensionistas pagamento do valor presente do benefício que estiverem em gozo na data da liquidação da entidade, tendo-se verificado que o ativo da SANEPREVI é insuficiente para tais pagamentos.

Deve-se ter em consideração que, conforme essa ilustre Casa sabe, o Estado não pode transferir, imediatamente, à SANEMAT os recursos que esta necessita para quitar suas obrigações, em face da SANEPREVI. Além disso, ainda que a transferência imediata dos recursos fosse viável, esta não seria a melhor solução a ser dada à questão, uma vez que, conforme estudos contratados pela SANEMAT, a manutenção da SANEPREVI, como administradora de benefícios concedidos ou a transferência dos participantes a outra entidade de previdência complementar implicaria a assunção de despesas de natureza administrativa, as quais, caso a questão venha a ser solucionada nos termos propostos no Projeto de Lei anexo, não serão incorridas pelo Estado.

Atualmente, o Estado suporta, indiretamente, a totalidade do valor dos benefícios pagos, pela SANEPREVI, a seus participantes assistidos e pensionistas, através das verbas orçamentárias direcionadas à SANEMAT. Tais verbas orçamentárias podem ser realocadas e utilizadas para o pagamento direto, pelo Estado, aos participantes da SANEPREVI, por conseguinte reduzindo-se, em igual montante, o valor das verbas orçamentárias direcionadas à SANEMAT.

Desta forma, considerando a responsabilidade subsidiária do Estado determinada pelo artigo 242 da Lei nº 6.404/76 e, também, as opções políticas que levaram à adoção da política de saneamento básico estadual e ao esvaziamento das atividades da SANEMAT, o Projeto de Lei que ora encaminho a essa ilustre Assembléia Legislativa autoriza que o Estado assumas as obrigações que a SANEMAT possui perante a SANEPREVI, o que se efetivará através de contratos entre o Estado e os participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI, nos quais o Estado assumirá obrigação de pagamento junto aos participantes da entidade, em contrapartida ao desligamento de tais participantes da EFPC e cessão dos direitos que contra ela tem ao Estado.

Extinguir-se-á, assim, a relação que os participantes possuem com a EFPC, bem como a obrigação da SANEMAT de transferir à entidade os recursos necessários para a cobertura do déficit apresentado pela SANEPREVI.

Ao mesmo tempo, o Estado receberá da SANEPREVI, em pagamento aos créditos que adquirir dos participantes assistidos e pensionistas, o patrimônio líquido verificado após o pagamento de todos os débitos constituídos (trabalhistas, fiscais, etc) e crédito que esta entidade possui perante a SANEMAT, de maneira que, tendo todos os participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI assinado os instrumentos contratuais nos termos do Projeto de Lei que ora lhes encaminho, a dívida da SANEMAT em face da SANEPREVI terá sido quitada, restando apenas o elo obrigacional entre a Companhia e o Estado.

Conforme claramente determinado no projeto ora encaminhado, a obrigação a ser assumida pelo Estado, através desses contratos, limitar-se-á ao montante da responsabilidade da SANEMAT perante a SANEPREVI.

Conforme se verifica da análise da situação, tem-se claramente que o que se propõe

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

no Projeto de Lei anexo consiste na forma mais econômica de deslinde da questão, uma vez que, dentre as diversas formas pelas quais poderão ser aprovados os recursos de responsabilidade da SANEMAT junto à SANEPREVI, a alternativa ora apresentada possui as vantagens econômico-financeiras de: (I) não exigir o aporte imediato da totalidade dos recursos; (II) não criar despesas administrativas, sejam elas com o custeio da entidade de previdência, sejam elas pagas a terceiro administrador; (III) não implicar no acréscimo de juros e outros encargos financeiros. Além destas, é importantíssimo verificar que a celebração de tais contratos afasta riscos de natureza previdenciária e atuarial, pois (IV) definirá o valor mensal a ser desembolsado pelo Estado; (V) tal valor tende somente a diminuir com o passar do tempo; (VI) não existe possibilidade de aumento do valor mensal, uma vez que inexistirá aumento da massa de participantes e, tampouco, inexistirá crescimento salarial, ressalvado o reajuste monetário em decorrência da inflação.

É de se considerar ainda que, na definição do valor dos créditos dos participantes assistidos e pensionistas, estão sendo considerados os débitos dos participantes assistidos e pensionistas perante a SANEPREVI, inclusive aqueles decorrentes de benefícios pagos a maior ou a menor, conforme constatado por estudo atuarial externo, contratado pela SANEMAT e revisão de benefícios procedida no âmbito da SANEPREVI.

Conjugando tais vantagens, tem-se que o ajuste previsto no Projeto de Lei anexo possibilita ao Estado assumir uma despesa mensal regressiva, cujo valor máximo é irrelevante perante o total de gastos mensais do Estado e cuja responsabilidade, conforme já demonstrado, restará, em última análise, às mãos do Estado.

Deve-se ainda esclarecer que a presente proposta não configuraria confisco de recursos particulares, como ocorreria se o Estado simplesmente incorporasse o patrimônio da entidade em troca da assunção de suas obrigações, uma vez que as obrigações da entidade em muito superam seus bens e direitos.

Por fim, cumpre destacar que a operação, nos termos acima propostos, está consentânea com orientação emanada da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

O Projeto de Lei ora proposto foi concebido tendo-se em consideração todos os aspectos do problema aqui exposto e representa, em meu entender, a alternativa que melhor atende às exigências do interesse público, e da garantia dos direitos dos participantes e beneficiários da SANEPREVI, pois representa a maneira mais eficiente e econômica de se equacionar a questão, permitindo a atuação do Estado dentro dos cânones da moralidade e do respeito pela coisa pública, com o que acredito que os ilustres membros desta Casa plenamente concordarão, aprovando o Projeto que anexo segue.

Tendo em vista a relevância de que se constitui a matéria, solicito seja dada a sua tramitação a urgência do artigo 41 da Constituição do Estado.

Estes, portanto, os motivos que me inclinam a submeter o presente Projeto de Lei à apreciação desse Parlamento, contando, como de costume, com a compreensão e o apoio de Vossas Excelências para a aprovação da matéria.

Nesta oportunidade, reitero aos ilustres Parlamentares mato-grossenses expressões de alta consideração e profundo respeito.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 27 de novembro de 2001.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

Autoriza o Estado a celebrar contratos de assunção de obrigações junto aos participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI - Fundação SANEMAT de Previdência e Assistência nos termos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contratos de assunção de obrigações junto aos participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI - Fundação SANEMAT de Previdência e Assistência, em contrapartida à cessão dos créditos de caráter alimentar que tais participantes possuem perante a SANEPREVI ao Estado, os quais encontram-se quantificados no Anexo I desta lei, observadas as condições cumulativamente estabelecidas nos incisos deste artigo:

I - as obrigações a serem assumidas pelo Estado limitar-se-ão:

a) ao valor dos benefícios dos participantes assistidos e pensionistas, calculado segundo as regras definidas no Estatuto e Regulamento do Plano Básico de Benefícios da SANEPREVI, por eles efetivamente em gozo ou ao valor daqueles benefícios aos quais os participantes assistidos e pensionistas já houverem, a data de assinatura dos respectivos contratos, implementado todas as condições que os autorizam a solicitá-los; e

b) à extensão da responsabilidade do Estado pelas obrigações da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso - SANEMAT perante a SANEPREVI.

II - os valores a serem pagos pelo Estado, mensalmente e em moeda corrente nacional, nos termos dos contratos a serem firmados junto aos participantes assistidos e pensionistas da SANEPREVI, serão reajustados no dia 1º de julho de cada ano pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde o reajuste anterior ou, na hipótese de sua extinção, por índice idôneo de variação de preços de venda ao consumidor, preferencialmente oficial.

Art. 2º Ao firmar os contratos autorizados pela presente lei, os participantes assistidos e pensionistas solicitarão seu desligamento da SANEPREVI, cedendo e transferindo os créditos que contra ela possuem ao Estado, bem como os correspondentes direitos, ações, preferências e garantias, de modo que nada mais possam os participantes assistidos e pensionistas exigir, nessa qualidade, da SANEPREVI.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, da SANEPREVI, a título de dação em pagamento dos créditos que contra ela tiver em decorrência da assinatura dos contratos autorizados por esta lei, crédito que a SANEPREVI tenha perante a SANEMAT, nos termos de contrato entre o Estado, a SANEMAT e a SANEPREVI.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei ficam vinculadas à Secretaria de Estado da Administração e correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

ANEXO I

Relação de Participantes Assistidos e valores das respectivas suplementações, ambos posicionados em
1º.11.2001

Quant.	Categoria	Matríc.	Nome	Suplem.
				Bruta
1	Aposentado	1806029	Acelino Pedroso do Espírito Santo	103,98
2	Aposentado	710005	Adalberto José de Souza	1.132,82
3	Aposentado	1905009	Adilson Nogueira Coelho	54,64
4	Aposentado	1212007	Adnair Demétrio Pereira Silva	456,19
5	Aposentado	803002	Afonso Monteiro da Silva	2.490,91
6	Aposentado	1208009	Agildo Ladislau de Magalhães	175,14
7	Aposentado	206004	Agostinho Leôncio de Carvalho	494,15
8	Aposentado	1708003	Agrícola Paes de B. Sobrinho	684,68
9	Aposentado	1503022	Ailton Gomes da Silva	2.136,25
10	Aposentado	603002	Alcides de Oliveira Lopes	737,88
11	Aposentado	708003	Alfredo Nabor da Silva	222,82
12	Aposentado	807010	Aliomar José Caldas	463,42
13	Aposentado	802004	Almerindo Francisco de Oliveira	483,19
14	Aposentado	1103009	Aloísio Gomes da Silva	575,26
15	Aposentado	1301007	Aluísio Antônio Januário da Silva	377,60
16	Aposentado	1503018	Amilton Alves de Moraes	49,07
17	Aposentado	610002	Ana Virgínia de Carvalho	2.990,86
18	Aposentado	401001	Anacleto Martins de Almeida	393,44
19	Aposentado	1507010	Ananias Pereira Chaves	110,53
20	Aposentado	508001	Anirleide Molina Parada	679,82
21	Aposentado	105001	Antero Rodrigues da Silva	388,88
22	Aposentado	704003	Antero Santana da Silva	159,58
23	Aposentado	609008	Antônio de Barros Bueno Júnior	2.717,36
24	Aposentado	2209003	Antônio de Souza França Filho	96,89
25	Aposentado	711002	Antônio Francisco Dourado	202,64
26	Aposentado	1011016	Antônio José dos Santos	159,02
27	Aposentado	1503008	Antônio José dos Santos	124,05
28	Aposentado	104004	Antônio Lúcio dos Santos	177,69
29	Aposentado	1111002	Antônio Pereira de Oliveira	203,74
30	Aposentado	705002	Antônio Xavier da Costa Neto	257,90
31	Aposentado	709001	Arlete Paganí de Lira	1.410,57
32	Aposentado	110001	Arlindo Canavarros de Arruda	150,48
33	Aposentado	603003	Armindo Manoel do Nascimento	78,70
34	Aposentado	908011	Arnaldo de Oliveira	202,15
35	Aposentado	907007	Augusto Marques do A. Filho	315,05
36	Aposentado	1003001	Balbino Geraldo Ogeda	196,40
37	Aposentado	706005	Benedita Brígida de Freita	389,75

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

38	Aposentado	809001	Benedita Regina S. de Barros	503,12
39	Aposentado	1507006	Benedito Canavarros	189,59
40	Aposentado	1009012	Benedito Gervásio de Azevedo	145,32
41	Aposentado	412002	Benedito José da Silva	261,88
42	Aposentado	310001	Benedito Justiniano Pedraça	308,78
43	Aposentado	1012009	Berlindes Heine da Silva	146,66
44	Aposentado	805003	Caetano Pereira da Cruz	403,75
45	Aposentado	2105008	Cândido Fortunato de Moraes	104,35
46	Aposentado	1607007	Carlito Alberto Curvo	170,85
47	Aposentado	206002	Carlos José de Arruda	122,18
48	Aposentado	510001	Celso Alcântara dos Santos	122,81
49	Aposentado	1501004	César Alves Simões	229,69
50	Aposentado	1604002	Cesarino Benedito Untar	381,34
51	Aposentado	1508021	Ciro Pereira Padilha	164,40
52	Aposentado	605003	Claudete Francisca Leite	200,63
53	Aposentado	1211001	Cláudio José de Lima	222,27
54	Aposentado	807008	Claudionor Albuquerque	759,37
55	Aposentado	104005	Constantino Marques	230,79
56	Aposentado	809003	Creusa Prado Queiroz Carvalho	958,45
57	Aposentado	1303004	Cristina Cardoso Peres	1.827,67
58	Aposentado	1404009	Daniel Asvolinsque	333,54
59	Aposentado	907008	Daniel Gomes de Moura	142,06
60	Aposentado	1302013	Daniel Rodrigues Portela	47,68
61	Aposentado	2005031	Dejair Arantes Lima	473,57
62	Aposentado	1006001	Deoclides Silva de Almeida	152,09
63	Aposentado	1706002	Dercílio Caetano Ribeiro	81,17
64	Aposentado	2008091	Diva Gomes de Bezera	96,09
65	Aposentado	303002	Dozinete Nonato Conceição	1.034,25
66	Aposentado	1102010	Dorizoaldo Pereira Mesquita	287,62
67	Aposentado	804009	Dulce Almeida de Azevedo	210,82
68	Aposentado	1603003	Dulcelina Barros Muniz	1.006,71
69	Aposentado	1605001	Durval Firmino do Amaral	366,34
70	Aposentado	1007005	Edberg de Britto	1.195,27
71	Aposentado	2008058	Edmilson Roberto do C. e Silva	179,16
72	Aposentado	2008023	Edmundo Souza Parente	101,21
73	Aposentado	505001	Eduardo Carlos Campos Barbosa	771,45
74	Aposentado	206017	Eduardo Fernandes Pereira	191,15
75	Aposentado	1006006	Edvaldo Menezes Ormond	115,86
76	Aposentado	1212013	Eliana Lúcia de Lima e Silva	582,48
77	Aposentado	1011005	Elias Feris Zarour	2.136,84
78	Aposentado	601003	Eloísa Maria da Conceição	807,84
79	Aposentado	705004	Elza Maria Pereira da Silva	106,36
80	Aposentado	1008001	Emerenciano Pereira	382,57

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

81	Aposentado	1308001	Emílio Moreira dos Santos	147,25
82	Aposentado	707002	Enedina Antônia da Silva	120,54
83	Aposentado	712002	Ercília Maria da Silva	218,52
84	Aposentado	907004	Ercy Arruda e Silva	623,06
85	Aposentado	2105067	Erli Ornélia da Rosa	73,71
86	Aposentado	703003	Ernestino de Souza	332,53
87	Aposentado	1404005	Ernesto José de Campos	261,66
88	Aposentado	610007	Eudesia Gomes	438,80
89	Aposentado	1005004	Euflosina Padilha C. Belizário	98,61
90	Aposentado	1103003	Everaldo Magalhães de Andrade	169,75
91	Aposentado	804006	Flores Luz Santiago	1.771,42
92	Aposentado	104002	Francisco Júlio Pereira	572,69
93	Aposentado	205001	Franco Batista Duarte	1.495,31
94	Aposentado	1903001	Generoso Ciríaco Maciel Filho	2.154,07
95	Aposentado	807001	Genésio da Silva	570,72
96	Aposentado	1603002	Geno Gentil Galle	226,06
97	Aposentado	1604008	Geórgio Augusto Maria Fava	1.067,97
98	Aposentado	407001	Geraldo Paes Landim	221,60
99	Aposentado	2003003	Gilson Oliveira dos Santos	1.563,79
100	Aposentado	1006008	Guilherme Vilela	189,49
101	Aposentado	1404010	Heleno Ricarte Nunes	176,37
102	Aposentado	1011001	Hermes Rodrigues de Almeida	177,82
103	Aposentado	906007	Hilário Gorgonho de Oliveira	1.518,44
104	Aposentado	108001	Hitoshi Teshima	207,15
105	Aposentado	2104030	Humberto Gomes Bezerra	248,97
106	Aposentado	303005	Inácio Marques de Souza	306,83
107	Aposentado	503001	Inês Maria Guimarães	1.050,31
108	Aposentado	2011006	Ivani Fortes Bello	435,17
109	Aposentado	805002	Ítório Xavier da Silva	542,68
110	Aposentado	305001	Jair Carlos de Azevedo	307,98
111	Aposentado	104003	Jerônimo do Espírito S. Coringa	597,53
112	Aposentado	1206005	Jesuíno Carlos da Costa	747,21
113	Aposentado	804001	Joanilce Jandira Rondon Barbosa	1.500,79
114	Aposentado	1712002	Joanir Maria da Silva	1.014,72
115	Aposentado	807014	João Bastos de Pinho Filho	1.363,83
116	Aposentado	1207004	João Bastista de Moraes	102,98
117	Aposentado	101002	João Benedito Bertúlio	239,03
118	Aposentado	908015	João Bonifácio Sampaio	193,68
119	Aposentado	709002	João Bosco de Lara Pouso	1.261,53
120	Aposentado	1609001	João Carlos Lafonte	171,81
121	Aposentado	1104001	João Domingues do Nascimento	171,01
122	Aposentado	1107017	João Mendes da Costa	544,65
123	Aposentado	1905007	João Mendes Filho	151,65

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

124	Aposentado	107003	João Pereira dos Santos	1.781,35
125	Aposentado	1110002	Joaquim Amâncio Leite	355,57
126	Aposentado	1209007	Joaquim Luiz da Costa	182,50
127	Aposentado	703001	Joaquim Santana de Arruda	259,58
128	Aposentado	1803001	Joaquim Valério Fraga	99,78
129	Aposentado	1707004	Joel Ferreira da Silva	99,01
130	Aposentado	1302016	Joel Nery Bueno	107,16
131	Aposentado	1607017	José Adriano de Souza	104,46
132	Aposentado	1102009	José Alfredo Pires	898,18
133	Aposentado	1403001	José Augusto Leite Fanaia	248,85
134	Aposentado	2104034	José Agnelo Ribeiro Neto	507,42
135	Aposentado	906006	José Bento Ferreira	211,00
136	Aposentado	1104002	José Duque dos Santos	601,78
137	Aposentado	1906047	José Ermacci	220,16
138	Aposentado	1508011	José Gonçalves de Arruda	42,42
139	Aposentado	1108016	José Gonçalves Lopes	1.004,40
140	Aposentado	1310001	José Henrique dos Reis	151,78
141	Aposentado	907001	José Hiracy dos Santos	155,99
142	Aposentado	1103005	José Lino de Souza	232,55
143	Aposentado	806013	José Luciano Pereira da Silva	260,72
144	Aposentado	411001	José Luiz Baca	223,34
145	Aposentado	312001	José Marques de Amorim	637,78
146	Aposentado	2008073	José Pratinha Brasilino	113,33
147	Aposentado	1807022	Joselito Zeferino de Paula	373,44
148	Aposentado	1006002	Josoel Luiz de França	52,73
149	Aposentado	2104074	Jovídio Bondespacho Carmo	143,43
150	Aposentado	806002	Juliano Marques Fontes	209,75
151	Aposentado	806001	Júlio Marciano Sorrilha	228,46
152	Aposentado	804003	Leopoldo Fioravante Fortunato	3.219,30
153	Aposentado	1806033	Leovaldo Ubaldo de Souza	452,89
154	Aposentado	1306003	Lerilzo Benedito Leão	104,25
155	Aposentado	702002	Levi de Matos	218,75
156	Aposentado	507001	Licínia de Freitas Taques	299,18
157	Aposentado	908014	Lizete Pinto Camargo	248,91
158	Aposentado	205002	Lourenço Dias de Paula	152,99
159	Aposentado	703002	Lúcia Roberta da C. Ribeiro	190,14
160	Aposentado	1306004	Luiz Garcez	2.378,05
161	Aposentado	2008077	Luiz Ramos de Assunção	110,45
162	Aposentado	1304012	Luiz Saraiva Granjeiro	309,99
163	Aposentado	101001	Manoel Adão da Costa	432,04
164	Aposentado	307001	Manoel Domingos Lúcio	94,16
165	Aposentado	204002	Manoel Eduardo de Oliveira	238,89

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

166	Aposentado	1309001	Manoel Gonzaga de Souza	166,03
167	Aposentado	2008037	Manoel Martinho Figueiredo	107,72
168	Aposentado	2008088	Manoel Martins dos Santos	108,49
169	Aposentado	2105186	Manoel Sebastião de Azevedo	120,49
170	Aposentado	204001	Marcelino Nunes de Oliveira	265,72
171	Aposentado	104001	Marcelo Ferreira da Silva	288,88
172	Aposentado	2103010	Márcio da Conceição Taques Dias	120,57
173	Aposentado	1406001	Marcos de Jesus Agnelo Ribeiro	971,69
174	Aposentado	1211005	Maria da Graça Oliveira Silvano	891,70
175	Aposentado	901002	Maria do Carmo de Siqueira	431,64
176	Aposentado	406001	Maria Gomes Cardoso Gil	305,65
177	Aposentado	1104003	Maria Neves da Costa	85,13
178	Aposentado	705006	Moacir José de Siqueira	215,33
179	Aposentado	2105040	Moisés Pereira de Sena	878,05
180	Aposentado	807005	Nelson Maurício de Souza	2.941,67
181	Aposentado	1707002	Nelson Rubi Schmidt	72,55
182	Aposentado	1807002	Nelson Vieira Mundim	105,21
183	Aposentado	908001	Newton Lopes de Siqueira	224,17
184	Aposentado	905004	Nilton Moreno	1.611,42
185	Aposentado	710006	Nilza Moura Dourado	166,03
186	Aposentado	1007008	Odete Clarice da Silva	372,33
187	Aposentado	1206004	Orivaldo Dias da Silva	161,81
188	Aposentado	206001	Osmar Robertti	1.902,10
189	Aposentado	1009001	Oswaldo Gonçalo da Silva	163,74
190	Aposentado	2104048	Oswaldo Neves da Silva	108,73
191	Aposentado	112003	Otílio Rodrigues de Amorim	248,03
192	Aposentado	807007	Paulo Biasin	332,51
193	Aposentado	809006	Paulo Roberto Silva da Silva	342,29
194	Aposentado	610005	Pedro Corrêa Ribeiro	2.292,67
195	Aposentado	111002	Pedro Dias de Moura	414,02
196	Aposentado	303001	Péricles Corrêa Cardoso Filho	2.773,26
197	Aposentado	1501012	Perôneo Flauro da Cunha	42,54
198	Aposentado	806004	Petronília da Silva Marque	295,13
199	Aposentado	1206009	Quintino Marcelino de Almece	137,13
200	Aposentado	804005	Raffaella Ricciardone	1.939,75
201	Aposentado	408001	Ramiro da Silva	124,85
202	Aposentado	1506004	Reinaldo Jacob de Santana	776,66
203	Aposentado	1204001	Renato Trida Gomide	1.345,62
294	Aposentado	606002	Regina Santana do Nascimento	164,69
205	Aposentado	111001	Robertino Manoel de Jesus	248,85
206	Aposentado	512001	Romedival Pedro da Silva	196,18
207	Aposentado	1105015	Rosa Maria Ortiz da A. Camargo	184,41

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

208	Aposentado	511001	Salvador de Oliveira	210,48
209	Aposentado	610006	Samuel Antunes da Silva	388,95
210	Aposentado	2009014	Saulo Soares de Souza	239,49
211	Aposentado	107002	Sebastião Ferreira Nunes	508,49
212	Aposentado	908010	Sebastião Teixeira da Silva	124,65
213	Aposentado	808003	Sebastião Waldir da Silva	3.283,69
214	Aposentado	508007	Shirley Lopes Pinto	1.517,84
215	Aposentado	1106012	Sílvio da Costa Monteiro	239,15
216	Aposentado	1608013	Sonia Palma da Silva Pereira	277,73
217	Aposentado	706001	Terezinha Corrêa Pinto	94,21
218	Aposentado	807003	Terezinha Silva Trindade	131,93
219	Aposentado	710002	Terezinha Ito Moreira	612,92
220	Aposentado	207001	Valdir Rodrigues Pereira	307,65
221	Aposentado	508004	Valeriano Máximo Neponuceno	356,17
222	Aposentado	1103007	Valter Farias Ribeiro	184,87
223	Aposentado	1512007	Vanderlei Silva da Silva	120,35
224	Aposentado	804007	Vanildes Borges do Nascimento	1.242,80
225	Aposentado	1302014	Vasco Correa Fonseca	125,10
226	Aposentado	705001	Vicente João da Cunha	396,56
227	Aposentado	902002	Virgínio Muzzi	1.359,78
228	Aposentado	610003	Virtes Reginaldo G. Queiroz	2.778,38
229	Aposentado	708001	Walter Soares da Silva	2.073,58
230	Aposentado	1107014	Williams Roberto P. Tocantins	882,21
231	Aposentado	1402004	Wilson Horácio da Cruz	192,02
232	Aposentado	2005001	Yara Mota Carvalho	422,18
Sub-total				126.322,55
1	Pensionista	703004	Albina Rosa dos S. Rodrigues	416,51
2	Pensionista	1711008	Alcinda da Costa Leite	126,84
3	Pensionista	2106007	Alcionete Ibiapino Bulhões	55,92
4	Pensionista	1906018	Ana Valentina Gomes Viana	320,99
5	Pensionista	2010008	Antônia Pedrosa da Silva	90,99
6	Pensionista	607004	Antônia Helena de Souza	228,81
7	Pensionista	1302006	Benedita Domingas A. Miranda	45,59
8	Pensionista	1011004	Benedita Gonçalves N. Figueiredo	453,54
9	Pensionista	908008	Berenice Pereira Carneiro	1.975,89
10	Pensionista	2009011	Célia Márcia da Roxa e Souza	994,40
11	Pensionista	2105127	Claudenir Pereira de Souza	98,51
12	Pensionista	806008	Claudete Freire Borges	269,18
13	Pensionista	1403003	Cremildes Gomes Pedroso Dantas	149,99
14	Pensionista	812001	Eloisa Penha dos Santos	181,57
15	Pensionista	1611001	Emilza Venega Pardo	302,76
16	Pensionista	508003	Ernestina Ferreira de Moura	137,81
17	Pensionista	1100000	Floracy Almeida Santos	154,34

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

18	Pensionista	2504001	Genésia Ferreira Café	209,62
19	Pensionista	1404003	Hely Izabel Santana da Silva	228,95
20	Pensionista	1607020	Irene de Albuquerque Silva	110,77
21	Pensionista	405001	Isabel Queiroz Brandão	3.879,18
22	Pensionista	1209004	Ivanil Maria de Barros	1.173,49
23	Pensionista	1906009	Juliana Rocha Moraes Brandão	415,24
24	Pensionista	903003	Juranice Gonçalves da Silva	131,35
25	Pensionista	1210003	Juventina Alves de Oliveira	369,82
26	Pensionista	1711010	Laura Cristina Dorileo R. Soares	169,76
27	Pensionista	2504073	Lelita Machado de Carvalho	53,35
28	Pensionista	1110000	Luca da Silva Luzardo	1.786,59
29	Pensionista	1111000	Luciana da Silva Luzardo	595,53
30	Pensionista	1111100	Lucilene Conceição Ávila Silva	32,84
31	Pensionista	1607013	Margarida Alves dos Santos	110,89
32	Pensionista	1304002	Margarida Florentina da Costa e Silva	179,37
33	Pensionista	2008044	Maria Aparecida Marques Silva	106,79
34	Pensionista	808005	Maria Bárbara Barbosa	393,50
35	Pensionista	1505008	Maria Leonor de Almeida Barros	193,76
36	Pensionista	3008124	Maria Lúcia de Almeida	63,86
37	Pensionista	1304005	Maria Luiza A. Barros	2.209,30
38	Pensionista	2008129	Maria Pedrosa Arruda Campos	100,22
39	Pensionista	2105001	Marilete Augusto de Oliveira	68,71
40	Pensionista	108002	Maurícia da Silva Sales	253,16
41	Pensionista	1605003	Nely Guimarães dos Santos	115,96
42	Pensionista	2103017	Neuzalina Lucinda Moreira Martins	112,93
43	Pensionista	803003	Pierre Samarone de Amorim	126,13
44	Pensionista	2104113	Rita de Kássia Teles Silva	69,37
45	Pensionista	806009	Rodolfo Santana de Siqueira	1.329,20
46	Pensionista	1304014	Sebastiana Leite Faria	497,53
47	Pensionista	1606014	Selma Fátima Ramos de Lima	98,54
48	Pensionista	905001	Sirlei Oliveira da Silva	154,34
49	Pensionista	1212006	Solange Mariano Salgado	1.191,06
50	Pensionista	2105082	Thanako Klytson de S. de Souza	172,76
51	Pensionista	3008173	Valdelúcia M. Santos de Souza	80,20
52	Pensionista	1709008	Yone Barbosa Fechemer Waksman	506,86
Sub-Total				23.294,57
1	Em Aux. Doença	901001	Carmem Nunes Rondon	2.701,39
Sub-Total				2.701,39
Total Geral				152.318,51

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Valor da Reserva Matemática em 30.09.2001- R\$ 22.252.937,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinqüenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais).

2ª) “Ofício/DAD/GG/132/2001, Cuiabá, 27 de novembro de 2001, Mensagem nº 64/01, do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo.

Senhor Presidente:

Submeto à qualidade apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem nº 64/2001, acompanhada de Projeto de Lei que ‘dispõe sobre a Carreira dos Agentes Prisionais e dá outras providências’.

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado.

Excelentíssimos Senhores Integrantes do

Poder Legislativo Mato-grossense:

No uso das atribuições que me conferem os artigos 25 e 39 da Constituição Estadual, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à douta apreciação e liberação dos ilustres membros do Poder Legislativo o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a Carreira dos Agentes Prisionais e dá outras providências.

O Poder Executivo apressou-se em dar atendimento aos proclamos da Lei Complementar nº 93, de 27 de novembro de 2001, enviando desde logo à douta apreciação de Vossas Excelências o assunto incrustado no presente projeto.

A medida ora oferecida aspira à transformação dos atuais Agentes Carcerários e Penitenciários, num total de 569, em Agentes Prisionais, consoante espelha o Anexo I, mediante a organização da carreira destes últimos. Dentro de idêntico propósito, propõe o signatário do projeto e desta mensagem a criação de 231 cargos de provimento efetivo de Agente Prisional, totalizando 800, conforme evidenciado pelo Anexo II do projeto de lei.

A presente providência é considerada de extrema necessidade, vez que visa injetar maior agilidade ao órgão ao qual se dirige e, conseqüentemente, maior segurança à sociedade - razão primeira de toda preocupação da autoridade pública.

O sistema remuneratório, a exemplo do dos demais servidores, é o estabelecido através de subsídio, fixado em parcela única, com a proibição de qualquer outro valor, como gratificação, adicional, abono, prêmio, etc.

A carreira está perfeitamente delineada em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas, denominadas de classe, com a progressão vinculada à respectiva habilitação, carga horária e área de atuação, de tal forma a tornar efetivo e constante o entusiasmo do servidor na sua evolução funcional, com desdobrada vantagem para ele próprio e para o serviço público.

Acrescenta, também, o Chefe do Poder Executivo, à apreciação de Vossas Excelências, a necessidade inserida no artigo 10 do projeto, com a criação de cargo comissionado de Diretor de Cadeia Pública, nos níveis DGA 6, 7 e 8, para suprir as cadeias dentro de cada capacidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

prisional elencada no referido dispositivo.

Em assim agindo, infere o Chefe do Poder Executivo estar a sua providência em consonância com o unânime entendimento dos bravos defensores do povo deste grandioso Estado, além de se traduzir em ato de total interação de normas constitucionais e legais, que disciplinam o assunto, com o fervoroso desejo destes dois Poderes de tornar ágeis os instrumentos de materialização dessa realidade, com perfeito enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal.

São esses os fundamentos com que respaldo esta proposição, que se reveste de interesse público e cuja aprovação, em regime de urgência, é reclamada, fazendo-se a tramitação nos termos do artigo 41 da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero a Vossas Excelências protestos de elevada consideração.
Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 27 de novembro de 2001.
DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

**Dispõe sobre a Carreira dos Agentes
Prisionais e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Carreira dos Agentes Prisionais, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 93, de 27 de novembro de 2001.

§ 1º O quantitativo de cargos de que trata o *caput* desta lei é o estabelecido no Anexo I.

§ 2º Ficam criados 231 (duzentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo de Agente Prisional, conforme Anexo II.

Art. 2º Para ingresso na Carreira observar-se-á o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e dar-se-á na Classe e Nível inicial.

Art. 3º O sistema remuneratório do Agente Prisional é o estabelecido através de subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação, periculosidade, ou qualquer outra espécie remuneratória, obedecido o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.

§ 1º O subsídio de que trata o *caput* deste artigo incorpora todas as verbas remuneratórias, inclusive gratificações, adicionais, periculosidade, risco de vida e demais vantagens pecuniárias atualmente percebidas, conforme Anexo III.

§ 2º Os integrantes desta Carreira ficam sujeitos ao regime de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 4º Os servidores aposentados dos cargos de Agente Carcerário e Agente Penitenciário perceberão o subsídio de sua classe e nível correspondente, sem acréscimo de qualquer natureza, no regime de 30 (trinta) horas semanais de trabalho, obedecida a proporcionalidade ou integralidade do seu tempo de serviço.

Art. 5º O cargo de Agente Prisional é estruturado em linha horizontal de acesso, identificado por letras maiúsculas, denominadas de classe, da seguinte forma:

- I - IT - investidura durante o estágio probatório;
- II - Classe A - habilitação em ensino médio completo;
- III - Classe B - habilitação em ensino médio e 120 (cento e vinte) horas de curso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

de capacitação na área de atuação;

IV - Classe C - habilitação em ensino médio e 240 (duzentos e quarenta) horas de curso de capacitação na área de atuação;

V - Classe D - habilitação em curso superior completo, com diploma registrado, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

§ 1º A progressão horizontal, Classe, obedecerá a titulação exigida e o cumprimento do interstício a saber:

I - IT, para a Classe A, 03 (três) anos e aprovação no Estágio Probatório;

II - Classe A para B, 05 (cinco) anos;

III - Classe B para C, 05 (cinco) anos;

IV - Classe C para D, 05 (cinco) anos.

§ 2º Para efeito de progressão horizontal, da Classe C para a D, exigir-se-á diploma de nível superior, nas seguintes áreas: Economia, Direito, Ciências Contábeis, Administração de Empresa, Serviço Social, Psicologia.

§ 3º A capacitação exigida na Classe B e C, será considerada o somatório de cursos na área de atuação, com carga mínima de 40 (quarenta) horas.

Art. 6º Para efeito de enquadramento na presente lei dos atuais servidores ocupantes dos cargos previstos, observar-se-ão os seguintes critérios:

I - Progressão horizontal, Classe, a titulação exigida e o cumprimento dos interstícios exigidos, nos termos dos incisos I a IV do § 1º, do artigo 5º desta lei.

Art. 7º Os atuais servidores de que trata esta lei, permanecerão lotados nas respectivas Unidades onde prestam serviços, vinculados, porém, às Secretarias originárias.

Art. 8º O servidor que se encontrar afastado, cedido, com ou sem ônus, em licença remuneratória ou não remunerada, somente será enquadrado na carreira quando oficialmente reassumir o seu cargo.

§ 1º O servidor enquadrado no cargo de que trata esta lei não poderá ser cedido para outro órgão diverso da sua lotação.

§ 2º Os afastamentos previstos em lei somente serão autorizados sem ônus para o órgão de origem.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a transferir a dotação orçamentária e financeira referente aos Agentes Penitenciários lotados na Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Cidadania para a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo dar-se-á somente após a transferência do Sistema Prisional para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

Art. 10 Ficam criados os cargos comissionados de Diretor de Cadeia Pública, a saber:

I - 08 (oito) cargos comissionados, Nível DGA-6, para cadeias com capacidade acima de 100 (cem) presos;

II - 18 (dezoito) cargos comissionados, Nível DGA-7, para cadeia com capacidade de 50 (cinquenta) a 99 (noventa e nove) presos;

III - 24 (vinte e quatro) cargos comissionados, Nível DGA-8, para cadeia com capacidade de até 49 (quarenta e nove) presos.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.670, de 31 de outubro de 1990.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

ANEXO I

	Cargo	Total
Agente Carcerário		247
Agente Penitenciário		322
Total		569

ANEXO II

	Atuais	Criados	Total Geral
Agente Prisional	569	231	800

ANEXO III

Classe	IT	A	B	C	D
Subsídio	760,00	930,00	1.300,00	1.650,00	2.050,00

3ª) “OFÍCIO/DAD/GG/133/2001, Cuiabá, 27 de novembro de 2001, do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo.

Senhor Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a Mensagem nº 65/2001, acompanhada do Projeto de Lei que ‘realinha a Tabela de Vencimentos dos Cargos Comissionados do Poder Executivo, transforma-os em subsídio e dá outras providências’.

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Excelentíssimos Senhores Integrantes do
Poder Legislativo Mato-grossense:

No uso das atribuições que me conferem os artigos 25 e 39 da Constituição Estadual, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à douda apreciação e deliberação dos ilustres membros do Poder Legislativo o incluso Projeto de Lei que ‘realinha a Tabela de Vencimentos dos Cargos Comissionados do Poder Executivo, transformando-os em subsídio, e dá outras providências’.

Como sói acontecer, desde a promulgação da Norma Maior, que instituiu o sistema de subsídio como forma única de remuneração dos servidores públicos, vem esta autoridade, mais uma vez, oferecer providência outra, desta feita no que se refere à remuneração dos cargos comissionados de não servidores, nos níveis DAS-1 a DGA-2, com os respectivos valores constantes do Anexo Único do Projeto.

Conforme os eminentes Deputados podem observar, não se trata de aumento vencimental, mas tão somente de realinhamento da tabela, com fixação permanente de subsídio aos funcionários que exercem exclusivamente cargo em comissão.

Aos funcionários efetivos, investidos em cargo comissionado, o projeto prevê a opção pelo subsídio deste ou pelo do cargo em carreira, acrescido do percentual estabelecido na sua respectiva função efetiva.

Em assim agindo, infere o Chefe do Poder Executivo estar a sua providência em consonância com o unânime entendimento dos bravos defensores do povo deste grandioso Estado, além de se traduzir em ato de total interação das normas constitucionais e legais, que disciplinam o assunto, com o fervoroso desejo destes dois Poderes de tornar ágeis os instrumentos de materialização dessa realidade, com perfeito enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal.

São esses os fundamentos com que respaldo esta proposição, que se reveste de interesse público e cuja aprovação, em regime de urgência, é reclamada, fazendo-se a tramitação nos termos do artigo 41 da Constituição Estadual.

No ensejo, reitero a Vossas Excelência protestos de elevada consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 27 de novembro de 2001.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA.

Governador do Estado

**Realinha a Tabela de Vencimentos dos
Cargos Comissionados do Poder
Executivo, transforma-os em subsídios e
dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos comissionados do Poder Executivo passam a perceber através de subsídio, a vigorar com os valores constantes do Anexo Único desta lei.

Art. 2º Aos servidores de carreira, investidos em cargos comissionados, é facultado a opção pelo subsídio do cargo comissionado estabelecido nesta lei, ou pelo subsídio do cargo de carreira acrescido do percentual estabelecido na sua respectiva carreira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2002.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO
COMISSIONADOS NÃO SERVIDORES

CARGO	VALOR
DAS-I	350,00
DAS-2	900,00
DAS-3	1.150,00
DAS-4	1.400,00
DNS-2	1.848,00
DNS-1	2.620,00
DGA-8	1.100,00
DGA-7	1.600,00
DGA-6	2.200,00
DGA-5	2.600,00
DGA-4	3.300,00
DGA-3	3.500,00
DGA-2	6.000,00

4ª) “OFÍCIO/DAD/GG/134/2001, Cuiabá, 27 de novembro de 2001, do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo.

Senhor Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem nº 66/2001, acompanhada do Projeto de Lei que ‘altera a Lei nº 6.694, de 20 de dezembro de 1995, e dá outras providências’.

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

Excelentíssimos Senhores Integrantes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Do Poder Legislativo Mato-grossense:

No exercício da competência estabelecida no art. 39, e com fulcro no art. 25, inciso X, alínea 'c', ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.695, de 20 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar disposições da Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995, que criou o Conselho e Fundo Estadual de Assistência Social. A proposta abrange alterações e supressões de normas da referida lei, bem como inclusão de outras inéditas, visando ao aperfeiçoamento das ações afetas ao sistema.

As representações governamentais e não governamentais foram alteradas visando contemplar órgãos e/ou instituições que estão diretamente ligadas ao atendimento do público alvo da assistência social. Quanto à apresentação dos profissionais da área social, as alterações visam dar cumprimento às prescrições da Lei Orgânica da Assistência Social.

Tendo em vista a relevância de que se constitui a matéria, solicito seja dada a sua tramitação a urgência do artigo 41 da Constituição do Estado.

Estes, portanto, os motivos que me inclinam a submeter o presente projeto à apreciação dessa Casa de Leis, contando com a costumeira atenção de seus ilustres integrantes.

Nesta oportunidade, reitero aos nobres Deputados mato-grossenses expressões de estima e consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 27 de novembro de 2001.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

Altera a Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995, que cria o Conselho e o Fundo Estadual de Assistência Social, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º ...

...

VII - deliberar sobre os critérios de qualidade para funcionamento dos serviços de Assistência Social Pública no âmbito estadual;

...

XII - convocar ordinariamente, a cada 04 (quatro) anos ou extraordinariamente, por maioria de seus membros, a Conferência Estadual de Assistência Social, conforme dispuser o Regimento próprio, para propor diretrizes gerais de política estadual de Assistência Social;

...

XIV - convocar, anualmente, fóruns regionais no âmbito estadual, para capacitação de Gestores Municipais da área social, assim como Conselheiros para avaliação da política de assistência social.

Art. 5º ...

I - ...

...

f) representante do COEGEMAS - Comissão Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social;

g) representante da Secretaria de Estado de Planejamento.

Art. 6º Os membros titulares e suplentes do CEAS serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação:

I - da autoridade correspondente às respectivas representações governamentais e de categorias profissionais;

II - do representante legal das entidades e organizações não governamentais componentes do CEAS, nos demais casos.

Parágrafo único O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 7º ...

I - ...

II - a substituição de membros do CEAS poderá ocorrer mediante solicitação da autoridade ou do representante legal responsável pela respectiva indicação, sendo que a nomeação do substituto ocorrerá na forma do artigo anterior.

III - as decisões do CEAS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 8º O CEAS terá seu funcionamento estabelecido em Regimento Interno próprio, o qual deverá ser aprovado 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, respeitadas as seguintes normas:

I - o Plenário é o órgão de deliberação máxima conduzido pelo Presidente do CEAS;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

III - os Conselheiros serão excluídos do CEAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas;

IV - cada membro do CEAS terá direito a um único ato na sessão plenária.

Art. 21 O FEAS terá a seguinte composição:

I - Plenário do CEAS/MT, como órgão de deliberação máxima;

II - Secretaria Executiva com:

a) 01 (uma) secretaria executiva;

b) 02 (dois) agentes administrativos;

c) 01 (um) gerente;

d) 01 (um) contador.

Art. 22 - Constituirão receitas do Fundo:

I - recursos provenientes da transferência do Fundo Nacional de Assistência Social;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

II - dotações orçamentárias próprias e recursos adicionais que a lei vier a estabelecer;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Estadual de Assistência Social vier a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI - receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do Estado, no âmbito da assistência social;

VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VII - recursos provenientes dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias no âmbito estadual;

IX - outras receitas que vierem a ser instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Estadual de Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Estadual de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Quando não tiverem sido utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

§ 3º Os resultados do Fundo serão destinados a projetos sociais que tenham como proponentes instituições governamentais e não governamentais do Estado e dos Municípios, desde que estejam cadastrados no Conselho Estadual de Assistência Social, respeitando os critérios aprovados pelo Conselho.

Art. 26 As contas e os relatórios do gestor do Fundo Estadual de Assistência Social serão submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, mensalmente, de forma analítica.

Art. 27 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FEAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 28 Os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social -FEAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas e projetos de assistência social desenvolvidos pelos órgãos da Administração Pública Estadual responsáveis pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - financiamento de programas e projetos previstos nos planos municipais de assistência social, consolidados pelo Estado e aprovados pelo Conselho Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

de Assistência Social;

IV - aquisição de material permanente e de consumo e de insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

V - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumento de gestão, planejamento, administração e controle de ações de assistência social;

VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VIII - participação no custeio do pagamento de benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 13 da Lei Orgânica da Assistência Social.”

Art. 2º Ficam reenumerados para arts. 29, 30 e 31, respectivamente, os atuais arts 28, 29 e 30 da Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 11, e os arts. 12,13 e seu parágrafo único, todos da Lei nº 6.696, de 20 de dezembro de 1995.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem nº 74 eu considero de grande valia, de grande importância, porque o Governador está criando o programa de incentivo à cultura e a industrialização do arroz e criar o Fundo de Apoio à pesquisa da cultura do arroz de Mato Grosso - FUNDARROZ-MT, criando, em resumo, o PROARROZ - nós em Mato Grosso hoje somos o segundo produtor de arroz e, com certeza, vamos chegar ao primeiro lugar, e não vai demorar.

5ª) “OFÍCIO/DAD/GG/ /2001, Cuiabá, de novembro de 2001, do Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo.

Senhor Presidente:

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a Mensagem nº 67/2001, acompanhada do Projeto de Lei que ‘que autoriza o Poder Executivo a instituir os Programas de Incentivo à Cultura e a Industrialização do Arroz e criar o Fundo de Apoio à Pesquisa da Cultura do Arroz de Mato Grosso - FUNDARROZ/MT.

Atenciosamente,

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado

Excelentíssimo Sr. Presidente,

Excelentíssimos Senhores Integrantes do Poder Legislativo:

No exercício da competência estabelecida no art. 39, e com fulcro no art. 25, X, ‘c’, todos de nossa Constituição Estadual, tenho a subida honra de me dirigir a Vossas Excelências para apresentar à qualificada apreciação dessa Casa de Leis, o anexo projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir os Programas de Incentivo à Cultura e a Industrialização do Arroz e criar o Fundo de Apoio à Pesquisa da Cultura do Arroz de Mato Grosso - FUNDARROZ/MT.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, Mato Grosso detém a segunda colocação na rizicultura nacional, porém com índices de qualidade e produtividade que não permitem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

vislumbrar a sustentabilidade mercadológica em que os produtores mato-grossenses de arroz se transformem em fornecedores segundo as atuais exigências dos mercados nacional e internacional.

Ao instituir os programas em comento, bem como o Fundo de apoio, que será mantido por parte dos incentivos fiscais, o Governo pretende que a rizicultura em nosso Estado seja profissionalizada, de modo a concorrer em pé de igualdade com outras unidades da Federação, disponibilizando aos mercados produtos de qualidade superior, atendendo aos padrões técnicos de produção e industrialização, pela utilização de sementes certificadas e de variedades compatíveis com os solos mato-grossenses.

Cumpre-nos salientar, ainda, que os incentivos fiscais sugeridos pelo Governo de Mato Grosso, e apreciados por Vossa Excelência, são concedidos em nome da população de nosso Estado, devendo os benefícios diretos e indiretos a ela retornar, razão pela qual os projetos contemplam, também, exigências de respeito ao meio-ambiente, quer seja pela destinação adequada das embalagens de agrotóxicos, como também pela adoção de práticas de redução de resíduos, controle de poluição e de contaminação, e ainda a implantação de programas de qualificação e treinamento de mão-de-obra industrial, de modo a maximizar a utilização de nossos talentos humanos.

Eis, pois, Excelentíssimos Senhores Deputados, as razões pelas quais submeto à elevada apreciação dessa Casa de Leis o anexo Projeto de Lei, para o qual, considerado seu elevado alcance social e o nunca negado apoio do Poder Legislativo de Mato Grosso, traduzir-se-ão em sua aprovação.

Ao ensejo, permitam-me renovar a Vossas Excelências meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 06 de dezembro de 2001.

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA

Governador do Estado.

Institui os Programas de Incentivo à Cultura e a Industrialização do Arroz de Mato Grosso - PROARROZ/MT e cria o Fundo de Apoio à Pesquisa da Cultura do Arroz de Mato Grosso – FUNDARROZ/MT, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídos o Programa de Incentivo à Cultura do Arroz de Mato Grosso - PROARROZ/MT, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários do Estado de Mato Grosso - SAAF/MT, que tem como objetivo a melhoria da qualidade do agro-negócio do Arroz no Estado, e o Programa de Incentivo às Indústrias de Arroz de Mato Grosso - PROARROZ/MT-Indústria, vinculado à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SICM/MT, dentro de padrões de sustentabilidade, competitividade e modernização tecnológica, oferecendo incentivos fiscais aos produtores e industriais interessados.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA DO ARROZ – PROARROZ/MT

Art. 2º O produtor de arroz interessado na fruição dos benefícios do Programa ora instituído deverá atender às pré-condições mínimas de qualidade do arroz e de práticas conservacionistas e fito-sanitárias, bem como de ordem tributária a seguir elencadas:

I - comprovação, através de documentação legal, de utilização de sementes em quantidade compatível com a área plantada, de variedades recomendadas para o Estado de Mato Grosso, de sementes devidamente registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento;

II - comprovação, através de laudo técnico de profissional habilitado junto ao PROARROZ/MT, de que observa as diretrizes técnicas estabelecidas para a cultura do arroz no Estado de Mato Grosso;

III - comprovação de uso de assistência técnica;

IV - comprovação de regularidade fiscal junto ao fisco estadual, no que pertine ao cumprimento das obrigações principal e acessórias, inclusive quanto aos débitos fiscais inscritos em dívida ativa ou encaminhados ao órgão competente para inscrição;

V - regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle ambiental;

VI - disponibilização aos órgãos de pesquisa do manejo empregado em sua lavoura, prestando as informações relativas aos mesmos, sempre que solicitadas;

VII - utilização de sistema de eliminação de embalagens de agrotóxicos e adoção de práticas de redução de resíduos e de controle de poluição ou de contaminação do meio ambiente, de acordo com disposições normativas oficiais.

VIII - que o arroz em casca colhido e comercializado tenha classificação mínima de 50% (cinquenta por cento) de grãos inteiros, com massa de boa qualidade, do tipo 1 e 2.

IX - expressa aceitação da lista de preços mínimos para efeitos de tributação do ICMS, fixada nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Aos produtores de arroz que atenderem os pré-requisitos definidos no artigo anterior será concedido crédito fiscal de até 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do arroz em casca.

Parágrafo único A fruição do benefício previsto no caput deste artigo implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de insumos e bens destinados ao ativo imobilizado no estabelecimento produtor, bem como a aceitação da lista de preços mínimos, para efeitos de tributação do referido imposto, fixada nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O benefício previsto no art. 3º, vinculado à qualidade do arroz, segundo as suas características, comprovada através de atestado expedido pelo órgão competente de classificação do Estado, será concedido, de forma progressiva, mediante a aplicação dos percentuais abaixo relacionados sobre o montante do imposto devido na operação de saída do estabelecimento produtor, como segue:

I - rendimento industrial de 50% (cinquenta por cento) de inteiros: 50% (cinquenta por cento) do valor do ICMS devido na operação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

II - rendimento industrial de 52% (cinquenta e dois por cento) de inteiros: 60% (sessenta por cento) do valor do ICMS devido na operação.

III - rendimento industrial de 54% (cinquenta e quatro por cento) de inteiros: 70% (setenta por cento) do valor do ICMS devido na operação.

IV - rendimento industrial igual ou superior a 56% (cinquenta e seis por cento) de inteiros e arroz orgânico certificado: 75% (setenta e cinco por cento) do valor do ICMS devido na operação.

Parágrafo único A classificação do arroz será feita pelo Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso - INDEA/MT, ou por empresas autorizadas e credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, de acordo com a Lei das Classificações de Produtos Vegetais em vigor.

Art. 5º O incentivo fiscal de que trata o art. 3º vigorará por até 10 (dez) anos.

Parágrafo único Transcorrido o prazo de 03 (três) anos de sua concessão, o benefício será reavaliado pelo Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Mato Grosso - CDA/MT, através da Câmara de Política Agrícola e Crédito Rural, quanto ao seu impacto e atendimento das metas de sustentabilidade, competitividade e modernização tecnológica, o qual emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente sobre a conveniência de sua continuidade ou não.

Art. 6º São beneficiários do PROARROZ/MT os produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, que requeiram o incentivo fiscal de que trata o art. 3º, desde que atendam às condições mínimas definidas no art. 2º e concordem com o disposto nos parágrafos únicos dos arts. 3º e 7º.

Parágrafo único O cadastramento e o credenciamento do produtor para fruição do benefício serão realizados junto à Câmara de Política Agrícola e Crédito Rural do Conselho de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Mato Grosso – CDA/MT, na forma definida no regulamento desta lei.

CAPÍTULO II
DO FUNDO DE APOIO À PESQUISA DA CULTURA DO ARROZ - FUNDARROZ/MT

Art. 7º Fica criado o Fundo de Apoio à Pesquisa da Cultura do Arroz no Estado de Mato Grosso - FUNDARROZ/MT.

Parágrafo único Do valor do incentivo financeiro efetivamente recebido ou utilizado como crédito, o beneficiário do PROARROZ/MT deverá recolher 15% (quinze por cento) ao referido Fundo.

Art. 8º São receitas do FUNDARROZ/MT:

I - os valores recolhidos em conformidade com o parágrafo único do artigo anterior;

II - contribuições e doações de produtores, industriais, comerciantes e outros;

III - dotações orçamentárias do Poder Público, Municipal, Estadual e Federal;

IV - recursos provenientes de convênios nacionais e internacionais;

V - juros e correção monetária resultantes de aplicações no mercado financeiro;

VI - outras receitas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Parágrafo único O FUNDARROZ/MT será administrado por um Conselho Gestor, que terá por Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Secretário e o Secretário Adjunto de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários de Mato Grosso, e será composto, ainda, por membros do Poder Executivo, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, representante da Entidade Estadual representativa dos produtores de arroz do Estado de Mato Grosso, e representantes de entidades governamentais e não-governamentais dos setores agrícola e industrial, na forma disposta em regulamento.

Art. 9º Os recursos do FUNDARROZ/MT serão aplicados em pesquisa, objetivando a competitividade da produção e a sustentabilidade da atividade, em extensão rural, voltada para o treinamento de técnicos e produtores, realização de eventos técnicos, difusão de tecnologia e na promoção e marketing do setor arroseiro, bem como em fomento, de acordo com o que dispuser o seu regimento interno.

Art. 10 O Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação, ainda:

I - eleger outros requisitos que auxiliem o enquadramento e a concessão do incentivo fiscal previsto nesta lei;

II - fixar normas e definir critérios, diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FUNDARROZ/MT, em conjunto com os membros do seu Conselho Gestor.

III - fixar norma e disposições complementares necessárias ao fiel cumprimento da presente lei e sua regulamentação.

CAPÍTULO III
DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS DE ARROZ - PROARROZ-INDÚSTRIA

Art. 11º Fica instituído o Programa de Incentivo às Indústrias de Arroz do Estado de Mato Grosso - PROARROZ/MT-Indústria, vinculado à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SIC/MT, que tem como objetivo dinamizar o processo de industrialização do arroz produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.

§ 1º Ficam mantidos para a exportação do arroz beneficiado ou industrializado os benefícios da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, ou as determinações legais que a sucederam.

§ 2º Para efeito deste incentivo, excluir-se-á o sistema de pauta, devendo prevalecer os valores de comercialização informados nas notas fiscais.

Art. 12 A empresa interessada em integrar-se no Programa a que se refere o art. 11, e nos benefícios decorrentes desta lei, deverá observar como pré-condições mínimas o seguinte:

I - manutenção do programa de treinamento e qualificação de mão-de-obra, por conta própria ou em convênio com terceiros;

II - regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle ambiental;

III - regularidade fiscal junto ao fisco estadual, no que pertine ao cumprimento das obrigações principal e acessórias, inclusive quanto aos débitos fiscais inscritos em dívida ativa ou encaminhados ao órgão competente para inscrição;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

IV - comprovação, através de documento hábil, da utilização de arroz produzido em território mato-grossense.

Art. 13 Às indústrias que atenderem às preconizações definidas no art. 12 será concedido um crédito fiscal de até 85% (oitenta e cinco por cento) relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos seguintes percentuais:

I - industrialização e comercialização do arroz branco: 73% (setenta e três por cento) do valor do ICMS devido na operação;

II - industrialização e comercialização do arroz parbolizado: 75% (setenta e cinco por cento) do valor do ICMS devido na operação;

III - industrialização e comercialização do arroz vitaminado: 77% (setenta e sete por cento) do valor do ICMS da operação;

IV - industrialização e comercialização da farinha do arroz: 80% (oitenta por cento) do valor do ICMS devido na operação;

V - industrialização e comercialização de derivados do arroz e arroz orgânico: 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do ICMS devido na operação.

§ 1º Quando as atividades das indústrias mencionadas nos incisos I a V forem exercidas pelo mesmo estabelecimento, aplicar-se-á o benefício proporcionalmente às saídas de produtos.

§ 2º A fruição do benefício previsto no *caput* deste artigo implica renúncia ao aproveitamento de quaisquer créditos do ICMS, inclusive aqueles relativos à entrada de insumos e bens do ativo imobilizado.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 Além do previsto no artigo anterior, ficam assegurados às indústrias que vierem a se instalar em território mato-grossense os seguintes benefícios:

I - deferimento do ICMS, para o momento em que ocorrer a saída subsequente, relativamente ao diferencial de alíquotas devido nos termos do disposto no art. 3º, XIII e XIV, da Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998, incidente nas entradas de bens, desde que:

a) tais bens consistam em máquinas, equipamentos e suas estruturas, destinados a integrar o projeto operacional do estabelecimento;

b) não haja similar dos mesmos disponível para aquisição no Estado de Mato Grosso.

II - redução de 50% (cinquenta por cento) do custo de aquisição do terreno destinado à instalação do estabelecimento, em Distrito Industrial sob domínio do Estado.

Art. 15 O PROARROZ/MT-Indústria terá duração mínima de 10 (dez) anos, devendo ser reavaliada a cada 3 (três) anos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso - CODEIC, no que concerne ao atendimento dos objetivos previstos no art. 11, o qual emitirá parecer indicativo ao Poder Concedente sobre a convivência de sua continuidade ou não.

§ 1º A primeira reavaliação, independentemente do transcurso do prazo fixado no *caput*, deverá ser efetuada até 30 de dezembro do 2004.

§ 2º Às indústrias que tiverem seus projetos aprovados ou cadastrados no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

PROARROZ-Indústria durante a vigência desta Lei, ficam assegurados os incentivos previstos no art. 13, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir do início das operações.

§ 3º O cadastramento e o credenciamento do PROARROZ/MT - Indústria serão realizados junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso - CODEIC, na forma definida no regulamento desta lei.

Art. 16 Poderão ser beneficiários do PROARROZ/MT-Indústria, as empresas, pessoas jurídicas, regularmente inscritas no Cadastro de Contribuintes e na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, que requeiram os benefícios fiscais tratados nesta lei e que atendam as pré-condições mínimas definidas no art. 12, e desde que expressamente concordem com as obrigações estatuídas no § 2º do art. 13 e art. 18.

Art. 17 Não será concedido, e poderá ser suspenso, o incentivo previsto nesta lei às indústrias que deixarem de atender ao disposto no art. 12.

Art. 18 Do valor do crédito fiscal previsto no art. 13, 5% (cinco por cento) deverão ser recolhidos à conta do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial - FUNDEIC.

Art. 19 Os benefícios estabelecidos nesta lei aplicam-se, também, nas hipóteses de ampliação de projetos.

Art. 20 O Poder Executivo editará as normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 21 Pelo descumprimento dos dispositivos de natureza tributária, previstos nesta lei, aplicam-se as penalidades fixadas na Lei nº 7.098, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 22 Fica vedada a acumulação do benefício decorrente desta lei com qualquer outro concedido em lei estadual para a cultura e industrialização do arroz.

Art. 23 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos por 10 (dez) anos, contados a partir de então.

Art. 24 Revogam-se as disposições em contrário.”

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós vamos votar este Projeto de Lei do Poder Judiciário, mas quero colocar que me preocupa, no encaminhamento, justamente a garantia do Tribunal de Justiça encaminhar o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário o quanto antes. Na verdade é um compromisso de entregar este Plano de Cargos e Salários em março ou abril, mas eu pergunto: será que entregará? Nós votamos a produtividade dos Oficiais de Justiça e as informações que eu tenho é que até hoje os oficiais não estão recebendo a sua produtividade.

E quero aqui, Sr. Presidente, dizer que me preocupa muito, porque vai ter que fazer suplementação para garantir esse salário, que vai ser incrementado até o Plano de Cargos e Salários dos servidores. A Assembléia Legislativa cumpriu um papel fundamental. Quero parabenizar a instituição Assembléia, e se não fosse Vossa Excelência, como Presidente, e todos os Deputados, participando dessas reuniões, juntos, jamais nós teríamos conseguido esses encaminhamentos, porque não havia vontade política de resolver. Aliás, o Poder Judiciário tem uma dificuldade de dialogar com os servidores, e isso não deveria existir. Eu acho que tem que desarmar um pouco mais e dialogar. É uma instituição que tem que sentir que tem que conversar mais com as pessoas, se democratizar e, inclusive, conversar mais.

E quero hipotecar apoio ao Requerimento da Deputada Serys Slhessarenko, em que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

ela pede que abra todos os salários do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para nós sabermos. Eu estive em Cáceres um dia desses, e uma advogada ganha R\$400,00!... Quer dizer, não há um plano de carreira, para que uma pessoa que teve a oportunidade de estudar, se formar, possa ter, realmente, um salário mais digno - e lá uma advogada, que se qualificou, e ganha R\$400,00 no Tribunal de Justiça.

Eu quero me solidarizar, vamos trabalhar juntos nesse sentido. Eu sei que esse encaminhamento foi melindroso, até porque, querendo ou não, houve uma ingerência do Poder Legislativo no Judiciário. Quer dizer, nós acabamos interferindo num Poder que não é de competência nossa, mas eu acho que a Assembléia Legislativa mostrou audácia quando o Governo mandou o projeto dos professores para cá, a Bancada do Governo rachou e não aceitou goela abaixo - quero parabenizar os Deputados que tiveram essa posição audaciosa e, de fato, nós conseguimos aprovar o projeto, para que o professor não tivesse a perda teria.

Então, quero parabenizar a instituição Assembléia Legislativa, que teve a audácia de, realmente, buscar justiça para os servidores do Poder Judiciário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Quero cumprimentar a Professora Salete, da Escola Inovação, com os alunos de Guarantã do Norte, que nos visitam aqui - sejam bem-vindos. Parabenizo também o Deputado Pedro Satélite por ter dado essa oportunidade aos estudantes de um Município tão distante como Guarantã do Norte.

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO – Sr. Presidente, nós estamos usando a tribuna, primeiramente, para comunicar a esta Casa de Leis o lançamento do Parque das Nações Indígenas, e convidar todos os Srs. Deputados, amanhã à noite, no nosso Bairro Morada do Ouro - estão fazendo uma confusão, porque vai mudar o nome da reserva, inclusive é um Projeto de Lei de autoria do Deputado Carlos Brito, transformando a reserva num parque.

Estão fazendo uma celeuma muito grande e não é nada disso. O que interessa para nós, para mim, para o Deputado Carlos Brito, para todos nós, para o povo cuiabano e o povo da região Norte, é que, graças a Deus, vai se cumprir um compromisso do Governador Dante de Oliveira, da época em que ele era prefeito. Ele colocou no horário eleitoral, nós temos até a fita, que ali seria feito um parque, para que o cidadão pudesse fazer uma caminhada, um jogo de bola, uma área de lazer. Então, é um compromisso do Governador Dante de Oliveira, desde 1993, no horário eleitoral, que está sendo cumprido agora e, é claro, é mais uma “Mãe Bonifácia”, que é a sensação hoje do povo cuiabano - e tive a felicidade de ter no meu bairro.

Vai ser implementado, o Governador, amanhã, vai mostrar onde é o parque. Já se tem garantia de R\$400.000,00 para serem investidos. Então, não tem nada dessas questões, que vai mudar nome de reserva, o interessante nosso é que o parque aconteça.

E também, Sr. Presidente, eu quero mais uma vez pedir aos Srs. Deputados, porque o Governador me ligou hoje, sobre a questão da EMPAER - eu vou pedir aos Srs. Deputados que assinaram o documento conosco -, dizendo que vai apresentar para a Bancada como vai ficar a nova EMPAER, a nova estrutura. Só que existe, Sr. Presidente - Vossa Excelência, por compromisso, não pôde participar da Audiência Pública da EMPAER, mas nós todos estávamos representando Vossa Excelência -, existe o compromisso feito conosco, e a situação da EMPAER seria resolvida este ano, e os Srs. Deputados que assinaram juntos, todos nós que assinamos o documento, eu espero que todos nós cobremos do Governador a mesma situação...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE
2001, ÀS 17:30 HORAS.

TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO – ...porque nós já aprovamos aqui o subsídio de todos os servidores do Estado, e a EMAPER está ficando para trás.

Para terminar, Sr. Presidente, eu quero também parabenizar a Comissão dos Srs. Deputados, e Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, e os funcionários organizados, porque os direitos já são adquiridos. Eu acho que vocês venceram pelos seus méritos. A luta foi de vocês, e nós estamos aqui para ajudá-los, é claro!

Juntamente com todos os Deputados, quero também cumprimentar, o meu amigo Gil, um grande batalhador, um grande sindicalista, conheço bem, sou testemunha do seu trabalho perante os servidores da Justiça, e conheço até a sua forma de trabalhar em companhia de todos os seus amigos pessoais e dos sindicalizados.

Quero parabenizar a todos, porque vocês estão começando uma luta boa, e nós Deputados estamos inteiramente à disposição para ajudá-los. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Informo a Vossa Excelência que tratei pessoalmente, hoje, da questão da EMPAER, com o Vice-Governador do Estado e a equipe econômica, e ele está encarregado de formatar uma nova EMPAER - segundo ele, a Bancada de Sustentação será convidada para discutir esse assunto.

Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA – Sr. Presidente, Srs Deputados, imprensa, servidores do Judiciário presentes em nossas galerias:

Antes de mais nada, eu queria falar sobre um ato ocorrido em Sinop, onde nós tivemos a oportunidade de presenciar a assinatura do PROARROZ - centenas de produtores de arroz estiveram presentes ao ato. Para quem não sabe, o PROARROZ é um programa de incentivo, para a classe produtora, possibilitando até 75% de isenção de ICMS e, para as indústrias, até 85%.

Sr. Presidente, nós notamos o entusiasmo da classe produtora, do empresariado, eu não tenho dúvida de que Mato Grosso poderá ser muito em breve o maior produtor de arroz do país. Inclusive, poderemos suplantar o Rio Grande do Sul, Estado da nossa querida amiga Deputada Serys Shlessarenko, na produção de arroz.

E também, Sr. Presidente, quero falar sobre a necessidade de nós termos - o Deputado Jair Mariano é muito ponderado -, aqui, alguma cautela com relação a determinados crimes que acontecem no interior. Por exemplo, nós tivemos a morte do Vereador de Cotriguaçu, e a primeira coisa que se aventou foi um crime político, mas imediatamente ficou constatado que não era um crime político, haviam outras implicações.

Nós também tivemos a oportunidade de receber a Prefeita Isani, que pediu que fôssemos com ela até a Secretaria de Segurança Pública. Falamos também com o Subsecretário Raul Spinelli, não tive a oportunidade de ir, mas foi o nosso assessor, Dr. Eduardo Jacob. A Prefeita nos entregou um documento pedindo a apuração. Ela se acha, no momento, a pessoa mais prejudicada com essa informação de um possível assassinato, por questões políticas, até porque a Prefeita assume que tinha divergências políticas com o Vereador Augusto Alba, mas que o Vereador Augusto Alba não tinha apenas essa divergência no município.

Então, é necessário que nós tenhamos cautela. Foi designado um delegado especial, Dr. Delso, e eu quero, meu amigo Deputado Jair Mariano, referendar o Dr. Delso, que é uma pessoa extremamente séria. Ele foi Delegado em Juara, foi um dos poucos Delegados de Juara que deixou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

saudades, que não deixou problema lá; foi Delegado em Campo Verde - lá também foi a mesma coisa -, foi Delegado em Sinop, e tem sido assim a sua rotina.

Sr. Presidente, nós gostaríamos que esse caso tivesse a devida repercussão no momento em que for encontrado o assassino, até porque o Augusto Alba teve a oportunidade de ver o assassino que, infelizmente acertou uma bala numa filha de onze ou doze anos, se não me engano, e ele perdeu a filha.

Nós lamentamos profundamente o crime, mas queremos cautela na apuração desse crime, principalmente na divulgação, para nós não cometermos mais uma injustiça, como cometemos no caso Leopoldino Marques do Amaral. E eu vou me isentar, porque eu afirmava, naquela ocasião, que não podemos fazer prejulgamentos, vamos aguardar a apuração dos fatos para, aí sim, anunciarmos, porque até que se prove o contrário, Deputada Serys Slhessarenko, eu acredito na pessoa da Isani, que foi nossa servidora aqui da Assembléia Legislativa, Assistente Social, e é uma pessoa extremamente humana...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu também referendo as palavras de Vossa Excelência em relação à Prefeita, e espero, Deputado, que a polícia descubra o mais rápido possível esse criminoso.

O tempo de Vossa Excelência se encontra esgotado, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Agradeço a confiança, até porque a Prefeita Isani tem nos procurado constantemente, e essa divergência é uma coisa pública na cidade. Eu espero que ela não esteja envolvida, acredito nela e gostaria que o Deputado Jair Mariano, como já fez, indo à Secretaria de Segurança Pública, também cobrasse, mas que nós tivéssemos cautela em anunciar, porque o prejuízo político decorrente de uma má informação é difícil de ser recuperado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) – Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu gostaria de socializar com o Plenário e, também, com os servidores da Justiça, com a imprensa, quanto à realização da 2^a Conferência Estadual de Direitos Humanos, que acontecerá no próximo final de semana, Conferência essa que se realizou sob o patrocínio da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, do Fórum Estadual de Direitos Humanos, em parceria com a UNESCO, com a Universidade Federal de Mato Grosso, com a OAB, com a Secretaria de Justiça, com a Secretaria de Segurança e, também, com o Comando da Polícia Militar. Vieram representantes de 27 municípios, oferecendo oportunidades de traçarmos um diálogo com todos aqueles que trabalham com os direitos humanos.

Infelizmente, o Sr. Presidente, por atividades partidárias, não pôde estar presente, mas estiveram presentes o Deputado Zé Carlos do Pátio, que, numa oportunidade, coordenou uma das mesas plenárias; na abertura, também, a Deputada Serys Slhessarenko e eu. Tivemos, também, Sr. Presidente, a presença do Deputado Padre Roque, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e do Sr. Catica, que é Coordenador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Nessa oportunidade, também, nós socializamos com os companheiros e com as companheiras do interior a campanha do SOS Tortura - para que todos saibam, casos de tortura podem ser denunciados e investigados pelo Ministério da Justiça, basta discar 0800-7075551, que haverá procedimento reservado e depois procedimento judicial.

Sr. Presidente, esse evento é de uma importância muito grande. Nós sabemos que todos são a favor dos direitos humanos, mas a militância dos direitos humanos ainda é muito pequena.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Na verdade, são minorias messiânicas que ergueram essa bandeira e que não vão deixá-la no chão.

Dito isto, Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância e quero dizer para os servidores da Justiça que estão aqui: Nós estamos felizes por ter feito o acordo, e que o acordo possibilite, eu não diria, os ganhos de todas as reivindicações que o sindicato e a categoria pleiteou, mas, na medida em que o sindicato considera avanço, nós vamos ratificá-lo aqui.

E gostaria de declarar, Sr. Presidente, a minha estranheza de que o Tribunal de Justiça, tendo uma dotação orçamentária própria, de uma certa forma - pelo que eu vi na imprensa, não estive nessa última negociação -, depende de suplementação orçamentário do exercício de 2002, se necessário.

O Sr. Presidente está fazendo adendo: “se necessário”.

É porque um jornal noticiou que o adendo não era necessário. Eu não sei das contas do Tribunal de Justiça - não sei das contas do Tribunal, Sr. Presidente, mas espero que elas estejam boas e bem.

Mas gostaria de manifestar a minha preocupação de que o subsídio futuro e a incorporação do abono presente, que vai ser votado hoje, não esteja sujeito a condicionalidade da suplementação. Eu acho que isso pode colocar em risco, e, de repente, os servidores terão que voltar à luta. Dito isso, Sr. Presidente, conte com o nosso voto e apoio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Emanuel Pinheiro, Líder do PDT.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, servidores da Justiça, o nosso respeito, a nossa solidariedade, o nosso apoio desde o primeiro momento, inclusive por determinação da Mesa Diretora.

Eu não sei se é a banalização da vida ou se é a banalização da morte, mas o fato ocorrido no Município de Vera, que culminou com a morte violenta, inconcebível, inaceitável, desumana de uma menina de doze anos de idade, filha do Vereador Augusto Alba, não pode ser tratado pela forma político-partidária, ou pelo simples descaso matemático de mais um crime político no Estado de Mato Grosso.

Há pouco mais de duas semanas, eu fui procurado, Deputado Humberto Bosaipo, pelo jornal *Diário de Cuiabá*, que estava fazendo um levantamento dos crimes políticos de Mato Grosso que não foram desvendados até hoje e, infelizmente, esse triste currículo da história política do meu Estado começa com o assassinato do meu pai, o ex-Deputado Federal Emanuel Pinheiro, que teve o assassino absolvido, e até hoje o crime não foi desvendado, tendo o assassino se beneficiado da prescrição e sua família vive livremente. Enquanto nós, pequenos, menores, fomos criados somente com mãe, levando o prejuízo. Afinal de contas esse é o destino das famílias das vítimas: pagar o pato pela falta de segurança que impera no Estado.

Agora, Sr. Presidente, fui criado sem pai, perdi meu pai aos nove anos de idade. Depois que me casei e tive filhos, calculo a dor do Vereador Augusto Alba, alvo daquelas balas assassinas que ceifaram a vida de sua filha aos doze anos de idade, e, com certeza, levaram metade da sua, ou muito mais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Mato Grosso, cada um de nós, autoridades públicas e políticas deste Estado, procuremos nos colocar, por um segundo sequer, no lugar do vereador Augusto Alba. Vossa Excelência, Presidente desta Casa, tem uma filha de doze anos de idade, idade da vítima, filha do Vereador Augusto Alba. Será que nós teríamos a mesma cautela ou a mesma complacência com o caso se esse crime hediondo, inaceitável e terrível

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

ocorresse dentro de nossa residência e levasse um ente querido nosso? Que Deus nos livre, oxalá nos livre, e um filho nosso... É inconcebível, Sr. Presidente, inaceitável.

Eu acho que Mato Grosso não pode, em hipótese alguma... O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa e todos nós, seja de que forma for, temos que tomar uma providência para que crimes dessa natureza, crimes hediondos e inaceitáveis, que acabam culminando com vidas de gente inocente, principalmente crianças - crianças que não podem pagar pelos erros ou possíveis erros de seus pais ou de seja lá quem for.

Quero, então, Deputado Jair Mariano, me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que eu acho que esta Casa tem muita contribuição a dar neste caso, para que casos como esse não se repitam no Estado.

Peço a nosso ilustre Presidente que, no auge do seu prestígio, da sua força política, determine à Comissão de Segurança Pública e Comunitária desta Casa que vá ao Secretário de Segurança e mostre o interesse político desta Casa para que este crime seja desvendado, que não seja mais um índice matemático, no futuro, de crimes hediondos que não foram resolvidos em nosso Estado.

Que a vida dessa menina, filha do Vereador Augusto Alba, sirva, pelo menos, já que a ceifou da convivência familiar - e isso não tem preço, não tem discurso, não tem dinheiro, não tem nada neste mundo que vá diminuir a dor desta família -, que, pelo menos, a vida dela, o sangue dela, derramado no Município de Vera, sirva de exemplo para que comecemos uma conscientização para dar um basta nesta onda de violência desumana e inaceitável que impera, ainda impera, no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares, em nome dos Defensores Públicos de Mato Grosso.

É inconcebível que, tendo sido discutidos subsídios de todas as categorias do Executivo, praticamente, ainda persistam, mesmo depois de aprovado na última semana, os subsídios dos servidores da Defensoria, persistam os Defensores Públicos, com dedicação exclusiva, com subsídios de R\$2.000,00, principalmente se comparados a profissionais do mesmo nível em outros órgãos do Estado.

Nós não estamos falando em isonomia, em equivalência com a Procuradoria do Estado, nada disso, mas estamos falando de um salário condigno com a atuação desses profissionais.

Ontem, estive com o Secretário de Planejamento, Guilherme Müller, com o Secretário de Administração, Fausto Farias, e também com o Governador Dante de Oliveira, porque na próxima semana ou nesta semana deverá chegar a esta Casa também a questão dos cargos comissionados do Estado...

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS BRITO - Já chegou.

Então, que venha da Defensoria Pública, faço este apelo. Não vamos cometer esta injustiça com esses profissionais valorosos, que estão firmando a Defensoria Pública em Mato Grosso.

E ainda, Sr. Presidente, para registrar que esta questão do Parque Massairo Okamura é uma luta de dez anos, por isso é difícil identificar a paternidade, porque é uma luta da comunidade cuiabana. Portanto, não há como pensar em mudar de denominação, em deixar de fazer o parque ali na Morada do Ouro, na Morada da Serra. E é bom lembrar que a área é de sessenta hectares. A Prefeitura

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

de Cuiabá apresentou um projeto de doze e meio hectares. Portanto, ainda tem área suficiente para o Estado fazer a outra parte. E o ideal é que fizessem juntos. É inconcebível que, no novo século, nós ainda vemos esse tipo de picuinha política. Isso tem que dar lugar a uma ação institucional entre o Governo do Estado e Prefeitura, como aliás vinha sendo feito, com a participação do Ministério Público, do JUVAM, das entidades, e concluída da forma como começou, em harmonia, colocando-se o interesse público acima de tudo.

Também quero dizer aos senhores servidores do Judiciário que esse grupo de Deputados que atuou, colegas servidores do Judiciário, buscou o melhor possível. Obviamente, não é o ideal para a categoria do Judiciário, especialmente para o quadro de carreira, que não são aqueles comissionados e que não são aqueles de carreira, que já tiveram ganhos incorporados aos seus salários.

Diante da discussão com a liderança da categoria, Sr. Presidente, da forma como já estava posta a greve, a sociedade cobrando todos os dias, de todos, os próprios servidores também querendo o retorno ao trabalho, pelo compromisso social que tem, e a própria direção do Tribunal de Justiça, por isso propusemos uma solução intermediária. Na nossa proposta, incluíamos também um dispositivo que visava amarrar que no ano 2002, no primeiro semestre, exercício 2002, fosse implantado efetivamente o novo PCCS, porque existe um, para que a partir dele pudesse ter, então, um subsídio também do Judiciário. Por uma discussão operacional do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, julgamos que para haver um acordo mais rápido este dispositivo deixou de constar da emenda, também discutido com as lideranças. Entretanto, há o compromisso, por parte do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, de encaminhar o mais rapidamente possível para esta Casa a proposta do PCCS. Estive lá com o Deputado Emanuel Pinheiro, com o Deputado J. Barreto, e já está contratada a empresa, segundo o Presidente do Tribunal, para se proceder a esse levantamento. E questionamos quanto ao corte do ponto dos servidores, condicionando-se que isso não seja feito, para o retorno dos servidores ao trabalho.

Era esse o relato, a nossa fala, e dizer aos colegas que foi o possível de ser alcançado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, colegas Deputados, pessoas que nos assistem no plenário, também agradecer a presença do nosso amigo Neife, de Paranatinga, do nosso amigo Cuíca, esposo da ex-Vereadora Isabel, figuras brilhantes que nos orgulham com a sua vinda até aqui.

Para nós é uma satisfação enorme podermos estar aqui, mais uma vez, nesta Sessão, e a Assembléia Legislativa está de parabéns, mostrando, realmente, a preocupação com o servidor público do Judiciário de Mato Grosso. Eu também estive presente em várias reuniões em Tangará da Serra e em Rondonópolis, e há uma preocupação enorme do servidor do Judiciário poder ter paz, tranqüilidade, para poder trabalhar com dignidade e com respeito aos seus familiares.

Portanto, trago também a nossa preocupação de que este abono, apesar de pouco, ao qual nós estamos concedendo o nosso apoio, para que, cada vez mais, possamos buscar melhorias de salário do servidor público, porque infelizmente ganhar pouco não é justiça neste país, é preciso ganhar bem, para oferecer uma qualidade de serviços à sociedade mato-grossense - serviços de boa qualidade à população.

Quero registrar também que ontem estivemos na inauguração da empresa Matsuda, e ali também foi comentado com o Governo do Estado a questão do PROARROZ, que vai beneficiar também muito o Município de Paranatinga, município que tem sido o maior produtor de arroz deste

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Estado de Mato Grosso, e agora, com a alíquota de 85% de redução de ICMS, beneficiará, sem dúvida nenhuma, não somente a melhor qualidade de vida à população mato-grossense, mas também a geração de mais empregos, dando condição plena de aumentar a nossa produção agrícola de Mato Grosso.

Quero também, Sr. Presidente, registrar e parabenizar o trabalho efetivado pela Comissão aqui da Assembléia Legislativa no que diz respeito ao plano de quitação das casas da COHAB, porque agora estão também em busca da quitação aqueles mutuários que não tiveram a sorte, não tiveram a oportunidade de ter o seu apartamento, a sua casa própria, e estão também participando desse plano de quitação. E a Defensoria Pública está realizando um grande trabalho não somente em Cuiabá, mas também em Várzea Grande. E quinta-feira estaremos também reunidos com mutuários dos Municípios de Pedra Preta e de Alto Garças.

Portanto, o nosso Parecer é favorável para que todos os mutuários possam ter paz por ter os seus lares e a tranqüilidade para poder morar na sua casa, em plena condição, sem ter a preocupação de pagar as prestações que estão, infelizmente, atrasadas.

Sr. Presidente, eu agradeço a fala...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO – FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Informo a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS – Encerro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Nico Baracat:

Suprime e altera teor de dispositivo (art. 8º) da Lei Complementar nº 23, de 19.11.1992.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º O art. 8º da Lei Complementar nº 23, de 19 de novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

“... Art. 8º No desmembramento e incorporação de área territorial de um município para outro, será dispensada a consulta plebiscitária, desde que não importe em desmembramento e incorporação de área superior a 20% (vinte por cento) do território do município cedente.”

...

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Dispõe o art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual: “Art 9º A Assembléia Legislativa, através da Comissão de Revisão Territorial, terá o prazo de um ano, a partir da promulgação desta Constituição, para promover a revisão de limites da área territorial de todos os Municípios do Estado.”

Por seu turno, o art. 8º da Lei Complementar n.º 23, de 19 de novembro de 1992,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

fazendo referência ao comando constitucional transitório, dispõe: “Art. 8.º Na revisão dos limites territoriais dos municípios do Estado a que se refere o artigo 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual será dispensada a consulta plebiscitária desde que não importe a retificação no desmembramento de área superior a 20% do território do município.”.

A Carta Magna Estadual foi solenemente promulgada em 05 de outubro de 1989. Assim, parece-me claro que a previsão disposta no supramencionado art. 9º expirou em 05 de outubro de 1990, sem que a Comissão de Revisão Territorial tivesse condições para implementar a ordem constitucional emanada. Entendo também que a vigência do disposto constitucional em lide tornou-se “letra morta” na composição estrutural da Constituição Estadual, decorrido o prazo estipulado para obediência pela Comissão de Revisão Territorial.

Em conseqüência da caducidade constitucional do dispositivo transitório, artigo 9.º, o art. 8º da Lei Complementar nº 23, de 19 de novembro de 1992, carece de atualização, via supressão de parte de seu texto, para não ficar estampado um vazio legal na lei derivada e hierarquicamente inferior.

A atualização ora proposta busca dar um novo rumo, seguro e legalmente embasado, à prática então corrente nas proposições legislativas pertinentes à revisão de limites territoriais entre municípios do Estado, evitando-se, por conseguinte, a ocorrência de vetos técnico-legais por parte da autoridade constitucionalmente competente encarregada da sanção das leis, que assim se vê compelida a agir em face do contido no artigo 1º da Lei Complementar nº 23, de 19 de novembro de 1992, que *in totum* prevê: “Art. 1º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a comunidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-á por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, nesta lei complementar, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, à população diretamente interessada.”. No caso específico de desmembramento, por decorrência da ineficácia do artigo 9º, toda e qualquer ação prevista no artigo 1º da Lei Complementar citada certamente dependerá de consulta prévia, conforme ali disciplinado.

O desamparo emergido devido ao vazio constitucional criado com o decurso do prazo estipulado no artigo 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no meu entender, fica sanado com a alteração ora proposta e o risco de veto, sob o ponto de vista da não cobertura legal, também fica afastado. O fato é que o art. 8º da Lei Complementar nº 23 não deve, nem pode, mas refere-se ao art. 9º do ADCT da Constituição Estadual, posto que o prazo fixado no mencionado artigo acha-se findo desde 05.10.90.

Desse modo, objetivando alcançar a diretriz embutida na alteração sugerida, submeto ao elevado descortino dos meus ilustres Pares a presente proposição, no sentido de alterar, supressivamente, conteúdo parcial da Lei Complementar em comento, concitando-os a votarem pela sua acolhida e devida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 27 de novembro de 2001.
Deputado NICO BARACAT – PSB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia. (PAUSA)

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica que convoque os Deputados que estão na ante-sala, para que tomem seus assentos.

Em discussão todas as Indicações de autoria dos Deputados Zé Carlos do Pátio e Moacir Pires apresentadas no Pequeno Expediente desta Sessão. Encerrada a discussão. Em votação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Moacir Pires, à família do Sr. Benedito Scaff Gabriel, pelo seu falecimento.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Pesar, de autoria do Deputado Moacir Pires, à família do Sr. Djalma Corrêa da Costa, pelo seu falecimento.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, solicitando à Mesa Diretora convocação de audiência pública em Cuiabá, com o objetivo de discutir amplamente a situação em que se encontra a Universidade Estadual - UNEMAT.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, solicitando à Mesa Diretora a convocação do Sr. Vitor Cândia, Secretário de Estado de Transporte, para prestar esclarecimentos nesta Assembléia Legislativa sobre a sua pasta.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Moacir Pires, ao Secretário de Infra-estrutura, solicitando que no prazo de trinta dias preste informações sobre o FETHAB, no que tange a obras e estradas realizadas com os recursos do referido Fundo e as localidades dessas obras.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 414/01, Mensagem nº 65/01, de autoria do Tribunal de Justiça, que concede abono a título de antecipação de subsídio aos servidores do Judiciário. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Substitutivo Integral:

Concede abono, a título de antecipação de subsídio, aos servidores do Poder Judiciário que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É concedido abono, a título de antecipação do sistema remuneratório de subsídio, aos servidores dos níveis médio e superior do Poder Judiciário do Estado, com exclusão dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão e dos que já tenham incorporado vantagens pecuniárias em sua remuneração, nos seguintes valores:

I - de R\$110,00 (cento e dez reais), nos meses de novembro e dezembro de 2001;

II - de R\$220,00 (duzentos e vinte reais), a partir do mês de janeiro de 2002.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2001, ÀS 17:30 HORAS.

Parágrafo único Os valores do abono ora concedido serão absorvidos pelo sistema de subsídio, previsto no *caput* deste artigo.

Art. 2º O sistema remuneratório de subsídio do Poder Judiciário do Estado será implantado após a entrada em vigor do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no dia 1º de novembro do ano em curso, revogadas as disposições em contrário.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Carlos Brito – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Gostaria de requerer que fosse convocada uma Sessão Extraordinária, para que pudéssemos apreciar já em 2ª discussão a matéria, para consolidarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Carlos Brito, solicitando à Mesa Diretora convocação de Sessão Extraordinária para votar, ainda hoje, o Projeto de Lei do Tribunal de Justiça, dispensando todos prazos de praxe. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA) Aprovado.

Determino à Consultoria Técnico-Jurídica que colha as assinaturas dos Srs. Deputados para a convocação extraordinária.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. (PAUSA) Não há orador inscrito.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Roberto Nunes, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour e Duda Barros; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Campos Neto, Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido Popular Socialista - Carlos Brito e Jair Mariano; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Nico Baracat e Wilson Teixeira Dentinho; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shhessarenko; da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - Emanuel Pinheiro; do Bloco Parlamentar Socialista – Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PL), José Carlos Freitas (PPB) e Wilmar Peres (PPS).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para as 18:41 horas. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.